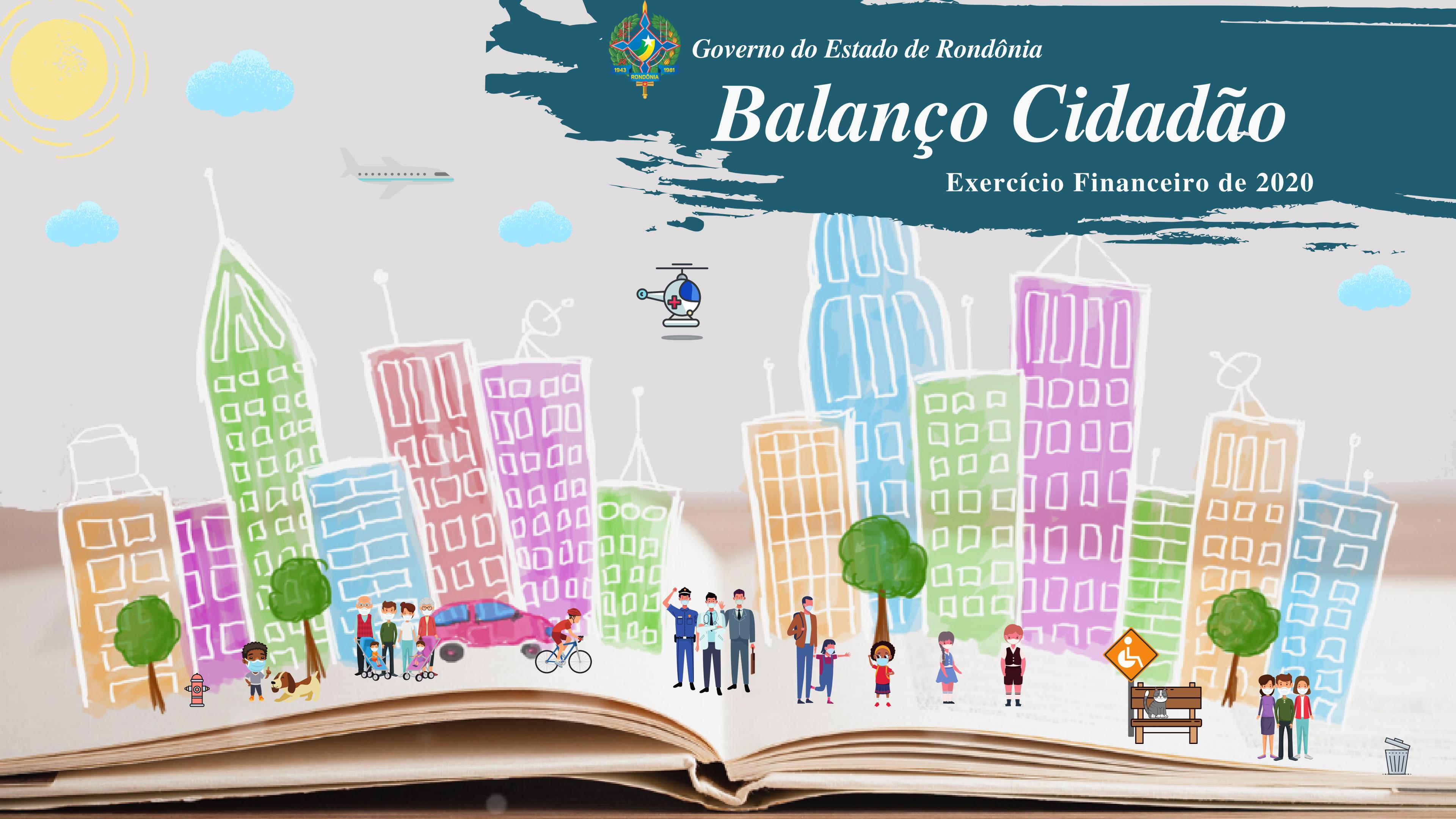




Governo do Estado de Rondônia

Balanço Cidadão

Exercício Financeiro de 2020



COORDENAÇÃO

GOVERNADOR

Marcos José Rocha dos Santos

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS

Luis Fernando Pereira da Silva

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE FINANÇAS

> Franco Maegaki Ono

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Jurandir Cláudio Dadda

GERENTE CENTRAL DE CONTABILIDADE - GCC

Laila Rodrigues Rocha

GERENTE DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO FISCAL - GNAF

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré



Governo do Estado de
RONDÔNIA



ELABORAÇÃO

CONTADORIA CENTRAL DE ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBIL - FINANCEIROS

Suze Lane de Assunção - Contadora Central

Sâmia Priscila Soares de Souza - Contadora

Isislaine Frata de Araújo - Contadora

Daiane Aguiar Lopes Maia Pinto - Assistente Contábil

Elisangela Viriano de Oliveira - Assistente Contábil

ASSESSORIA TÉCNICA

Adail Batista Viana Júnior

REVISÃO

ASSESSORIA CONTÁBIL

Luana Luiza Gonçalves de Abreu Hey



Governo do Estado de
RONDÔNIA



S U M Á R I O

04 *Olá Cidadão!*

05 O que é Prestação de Contas Anual?

06 *Capítulo I - Gestão Orçamentária*

06 O que é Orçamento Público?

11 O que é Balanço Orçamentário?

12 *Capítulo II - Gestão Financeira*

12 O que é Balanço Financeiro?

13 O que é Demonstração do Fluxo de Caixa?

14 *Capítulo III - Gestão Patrimonial*

14 O que é Balanço Patrimonial?

18 O que é Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?

19 O que é Demonstração das Variações Patrimoniais?

21 O que é Provisão Matemática?

22 *Capítulo IV - Fiscal*

22 Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal

24 Dívida Pública

25 *Capítulo V - Pandemia do COVID-19*

27 *Vamos Governar Juntos!*



OLÁ,
CIDADÃO!

Pensando em você cidadão rondoniense, o Governo do Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Contabilidade, apresenta este Balanço Cidadão do exercício financeiro de 2020, que consiste num pequeno resumo da Prestação de Contas entregue pelo Governador do Estado à sociedade e ao Tribunal de Contas.

Nesta publicação, vamos demonstrar de onde vem o dinheiro que o estado arrecada e, principalmente, aonde ele é aplicado, para que você possa entender a gestão dos recursos públicos e auxiliar no controle e na fiscalização das políticas públicas realizadas. Visando assim, maior transparências às contas públicas, com informações práticas e didáticas.



Boa leitura!
Superintendência de Contabilidade

Como é dividido o Relatório de Prestação de Contas?

Gestão Orçamentária

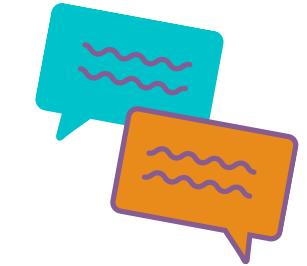
Gestão Financeira

Gestão Patrimonial

Gestão Fiscal

Pandemia do COVID-19

O QUE É PRESTAÇÃO DE CONTAS?



Ao final de cada exercício financeiro, o estado é obrigado a apresentar a sua prestação de contas, conforme definido no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal e art. 46, parágrafo único da Constituição Estadual:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...).”

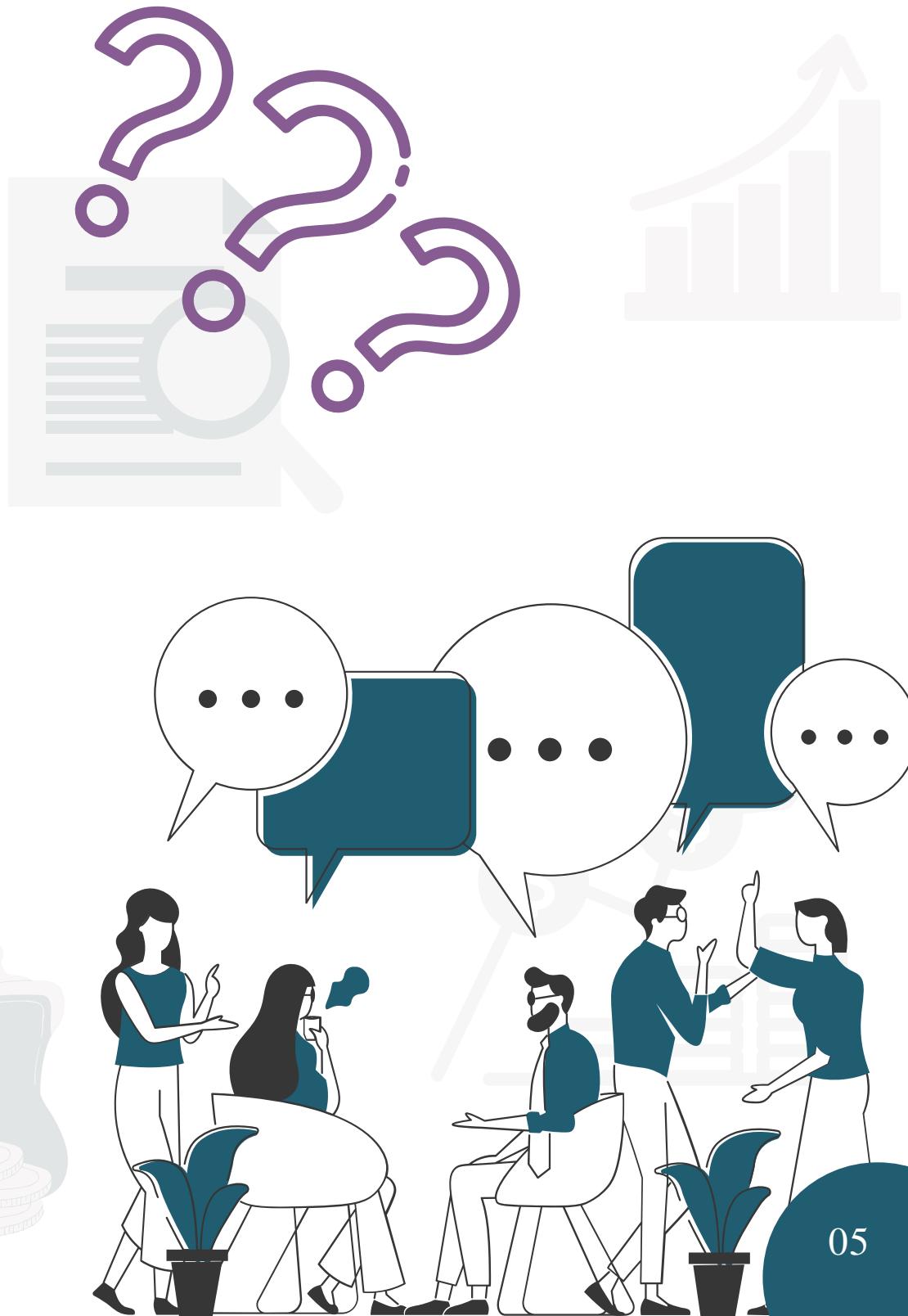


Desta forma, todas as receitas e despesas realizadas durante o ano pelo Poder Público são consolidadas. Este termo é utilizado porque, além da prestação de contas do Poder Executivo, também são reunidas as do Legislativo, bem como, as do Judiciário e do Ministério Público. O Poder Executivo é o responsável por essa consolidação. Logo, é o Governador quem entrega a Prestação de Contas Consolidada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para apreciação e à Assembleia Legislativa que irá julgá-la, conforme inciso XIV, art. 65 da Constituição Estadual.

Ao receber a Prestação de Contas o TCE verifica se ela está composta por todos os itens especificados em Lei, observando a peculiaridade de cada peça/demonstrativo, sendo analisado onde os recursos arrecadados foram aplicados. Após a análise, o TCE emite, em até 60 dias, o parecer prévio do recebimento da prestação de contas, o qual poderá aprovar ou reprovar as contas do Governador, emitindo também ressalvas e recomendações a serem verificadas. Em seguida, o parecer do TCE é encaminhado à Assembleia Legislativa para que os deputados estaduais julguem se as contas devem ser aprovadas ou reprovadas.

É por meio da Prestação de Contas Anual que a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

Deste modo, com o objetivo de entender como funciona a administração dos recursos públicos, convidamos você cidadão a conhecer melhor as finanças de Rondônia em 2020. Esse exercício é muito importante para aprimorar o entendimento da máquina pública e reforçar as ações de acompanhamento da gestão e de controle social, pois, quanto mais conhecemos o funcionamento do Estado, mais nos tornamos cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade.



Capítulo I

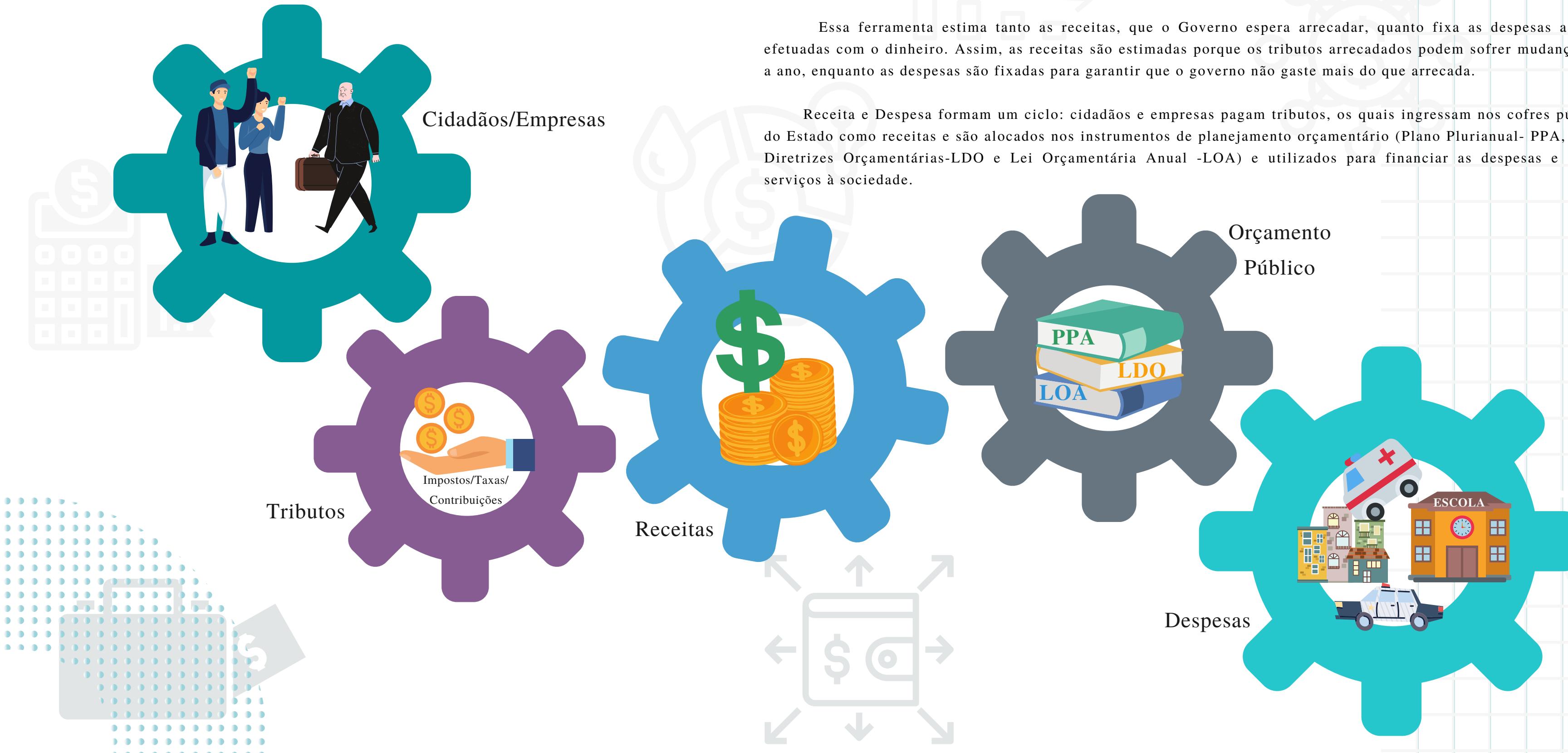
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

Orçamento público é um mecanismo utilizado pelo Governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado e oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelo Estado.

Essa ferramenta estima tanto as receitas, que o Governo espera arrecadar, quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados podem sofrer mudanças ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.

Receita e Despesa formam um ciclo: cidadãos e empresas pagam tributos, os quais ingressam nos cofres públicos do Estado como receitas e são alocados nos instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual -LOA) e utilizados para financiar as despesas e prestar serviços à sociedade.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Receita pública é o dinheiro que o Governo possui para assegurar sua estrutura e dispor bens e serviços à sociedade, como escolas, saneamento, hospitais, segurança pública, etc.

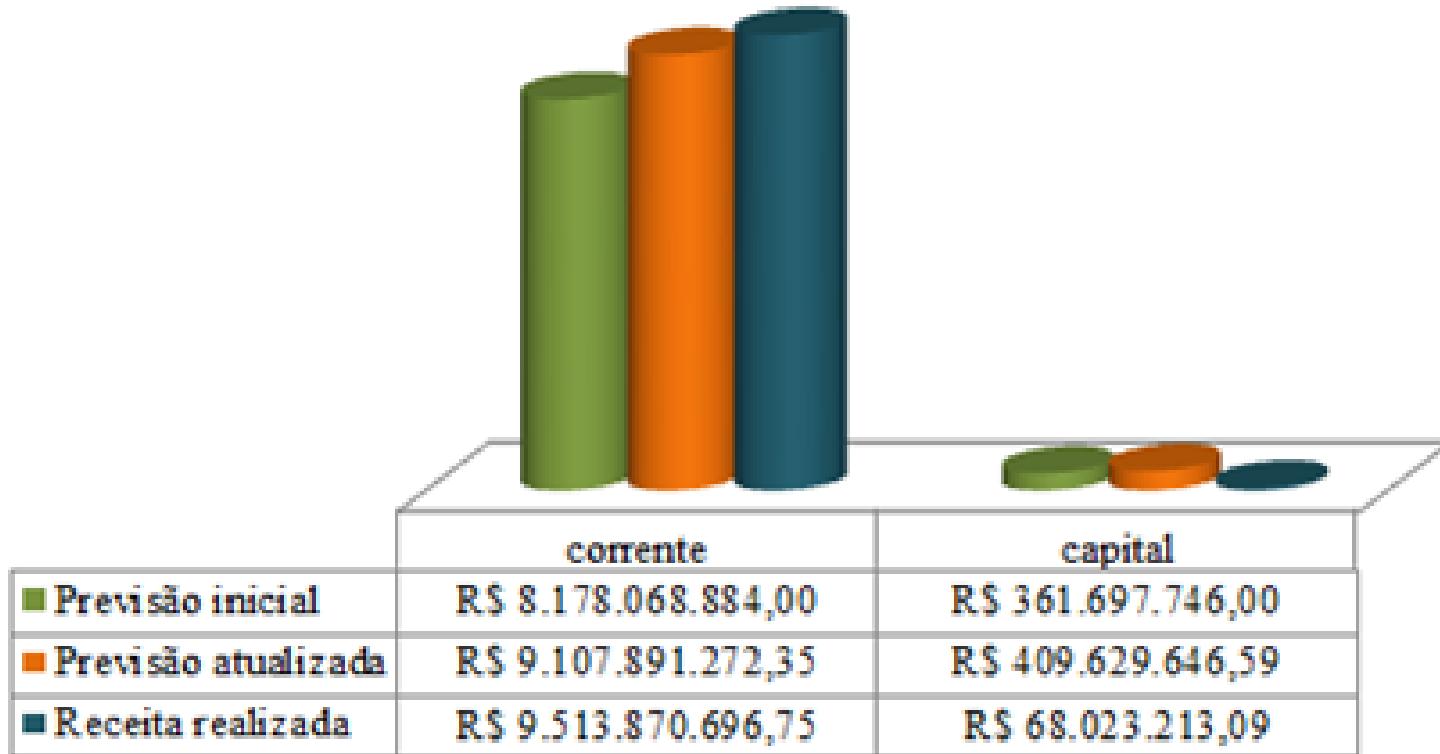
As receitas do Governo são estimadas, por meio de previsões, uma vez que, vêm de arrecadações que podem sofrer variações no decorrer do ano. Isso permite saber quando e quais ações o governo poderá realizar para o bem-estar da população.

Por se tratar de estimativa, o governo pode arrecadar mais que o esperado. Isso pode acontecer porque a economia se desenvolveu mais e, assim, houve maior arrecadação com impostos, por exemplo. O contrário também pode ocorrer: uma crise inesperada pode reduzir a entrada de dinheiro. Nesse caso, o governo precisa reduzir os gastos planejados.

Assim, o governo trabalha com um orçamento inicial e um orçamento atualizado, e também diferencia o valor estimado do efetivamente arrecadado, essa diferença evidencia o que de fato entrou no caixa público.

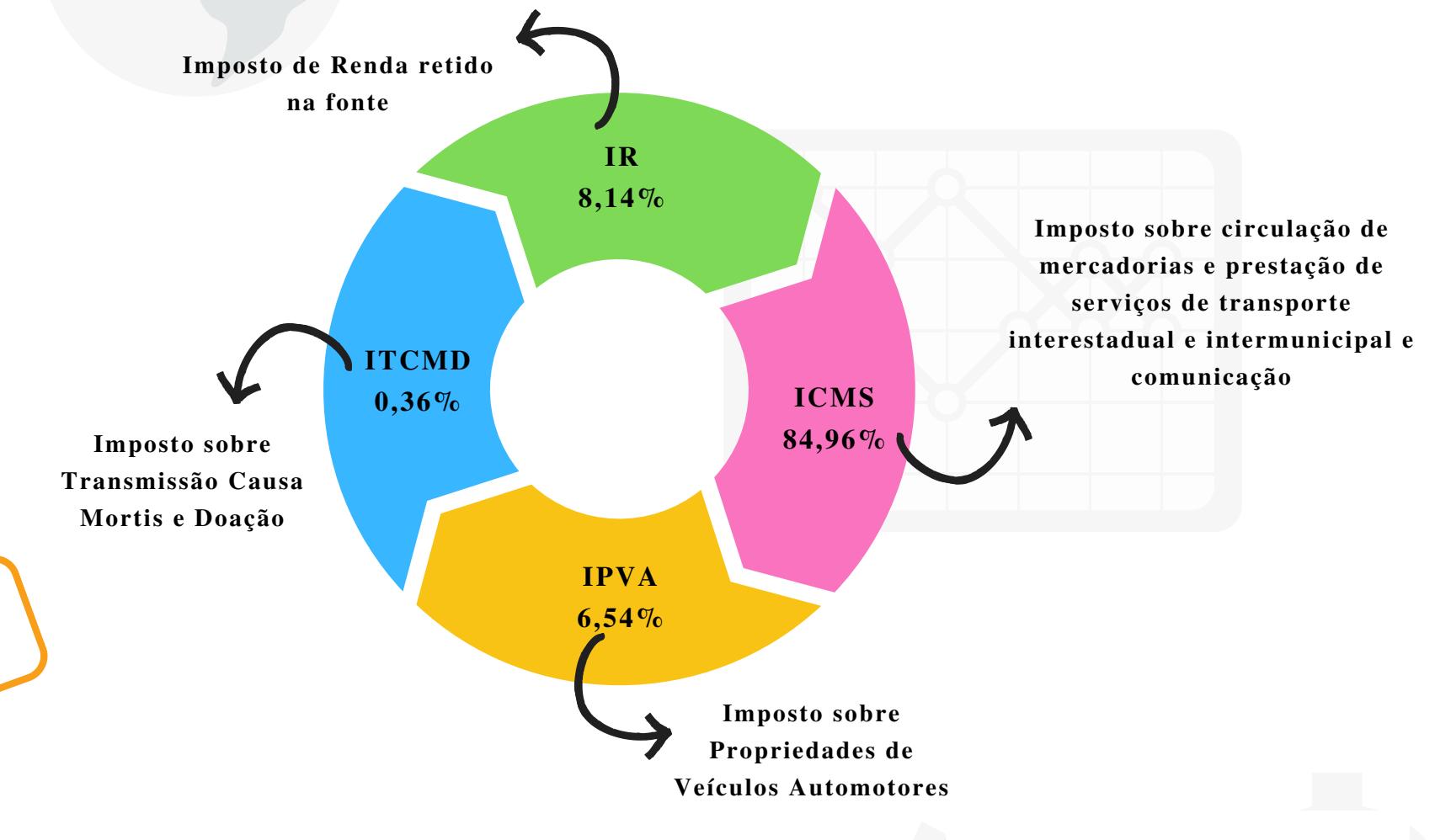
No exercício de 2020 a receita orçamentária realizada do Estado de Rondônia alcançou o montante de R\$ 9.581.893.909,84.

Receita Previsiva x Receita Realizada



QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO?

Os impostos são a principal receita do Estado, em 2020 a arrecadação com impostos somou R\$ 5,2 bilhões, distribuídos conforme gráfico abaixo:

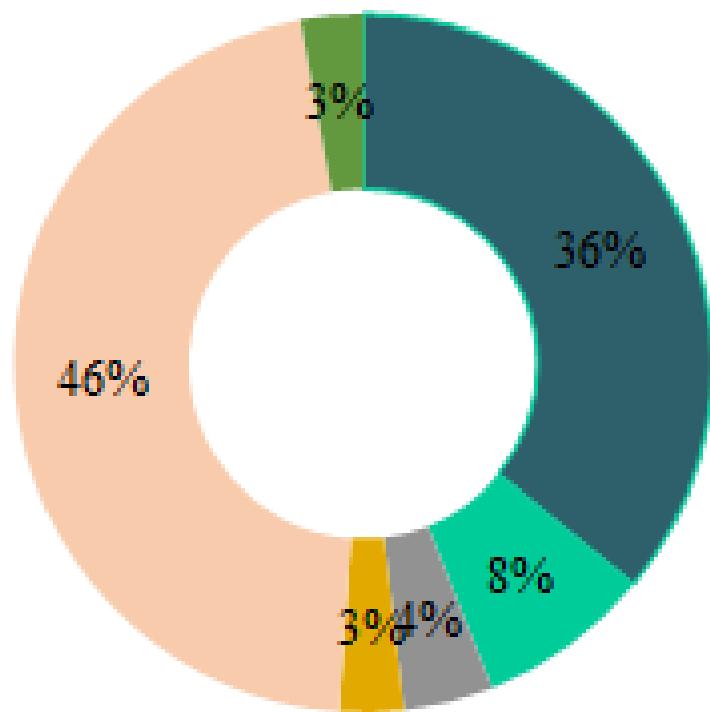


As receitas orçamentárias são classificadas por Categoría da Receita, que pode ser corrente ou de capital.

Receita Corrente

É formada pelos recursos arrecadados que, em geral, incrementam o patrimônio do Estado como prestação de serviços, atividades industriais, e os impostos, taxas e contribuições que pagamos.

Composição da Receita Corrente Realizada

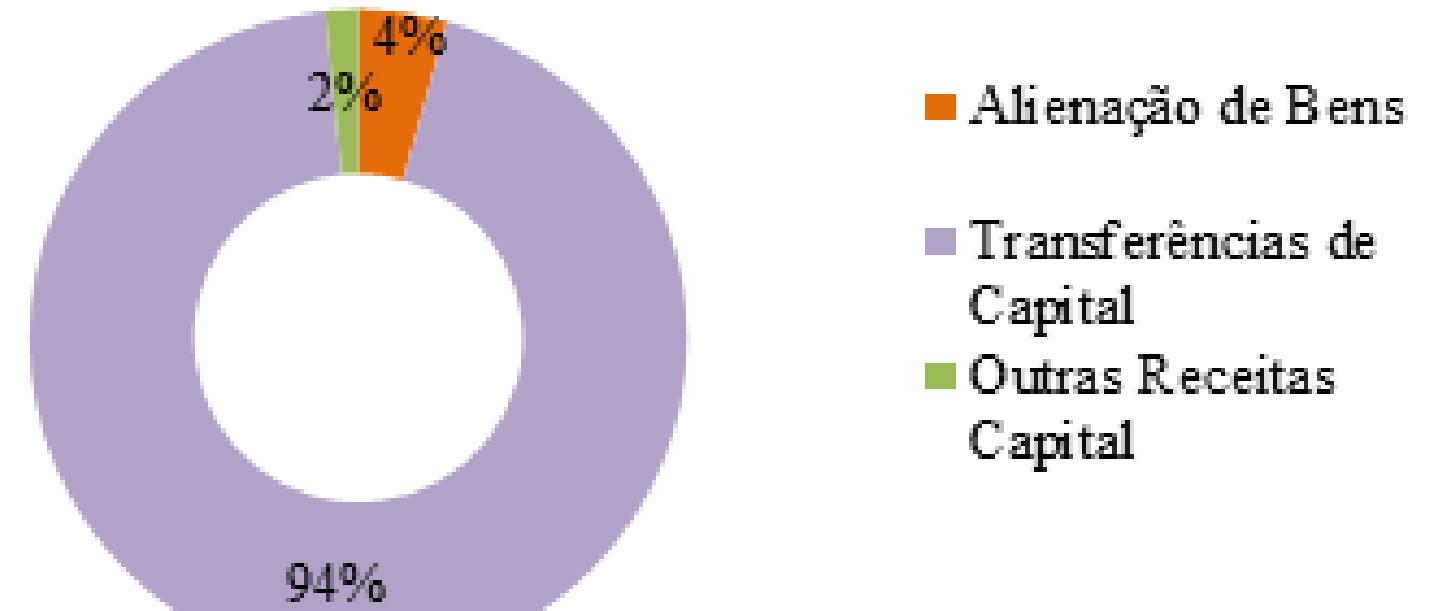


- Receita Tributária
- Receita de Contribuição
- Receita Patrimonial
- Receita de Serviços
- Transferências Correntes
- Outras Receitas Correntes

Receita de Capital

Quando os recursos são obtidos, por exemplo, por meio do recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como da venda do patrimônio público. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos também são classificadas nesse grupo

Composição da Receita de Capital Realizada



- Alienação de Bens
- Transferências de Capital
- Outras Receitas Capital

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

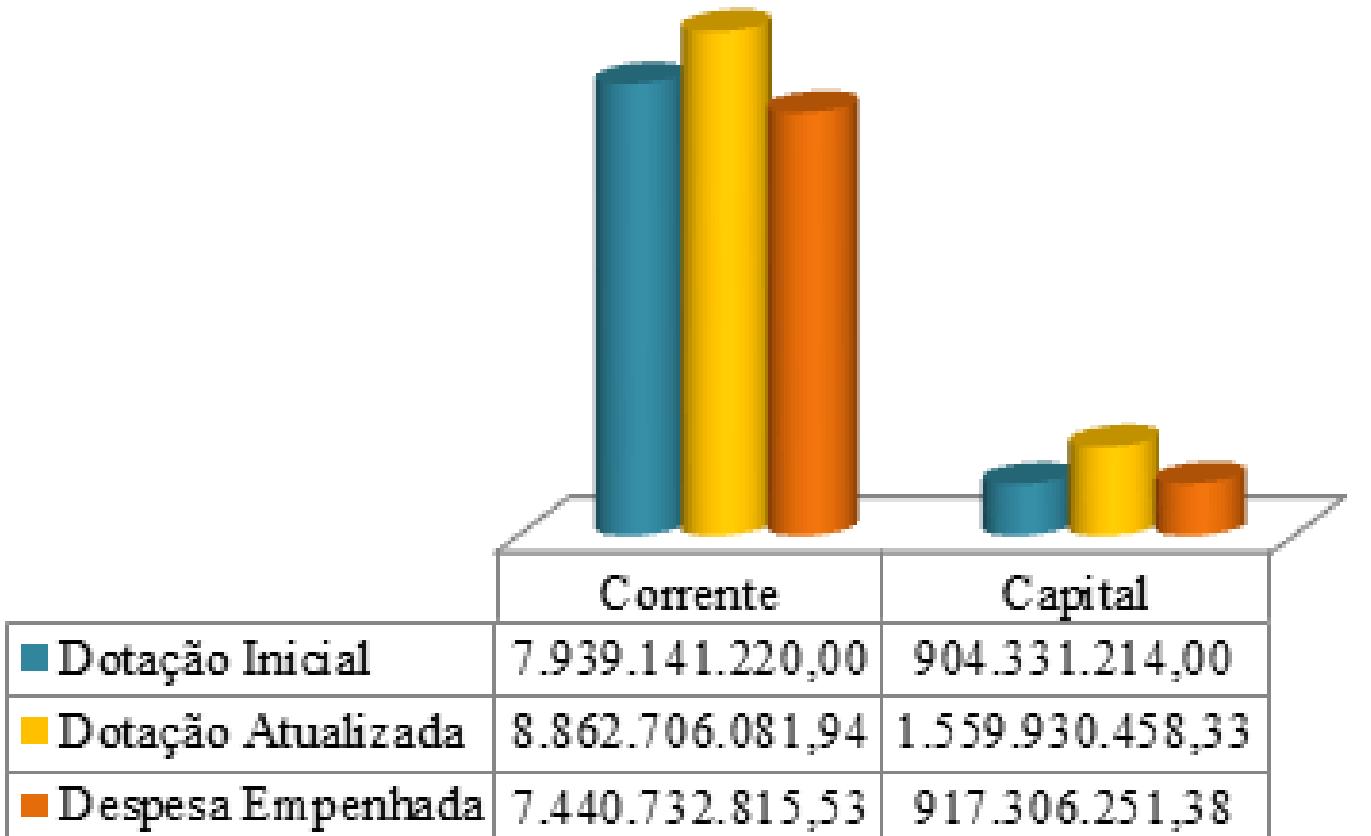
Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado, por meio de impostos ou outras fontes, que visam custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.

Considerando que as despesas, assim como as receitas, podem sofrer alterações, o estado planeja a dotação inicial e dotação atualizada, assim como evidencia o valor fixado do efetivamente empenhado.

Em que área de ação governamental a despesa foi realizada?

A classificação funcional, permite identificar em qual área o dinheiro público foi gasto. É uma informação relevante para que a sociedade conheça quanto está sendo destinado às áreas que afetam diretamente o dia a dia, além de compreender os diferentes aspectos e acompanhar como o ente utiliza o dinheiro arrecadado. Nota-se que, do total das despesas empenhadas em 2020 que foi de R\$ 8.358.039.066,91 (oito bilhões, trezentos e cinquenta e oito milhões, trinta e nove mil, sessenta e seis reais e noventa e um centavos), as funções educação e saúde foram as que mais tiveram destaque, correspondendo à 50% e 49% respectivamente.

Dotação Prevista x Despesa Empenhada



Despesa empenhada por Função

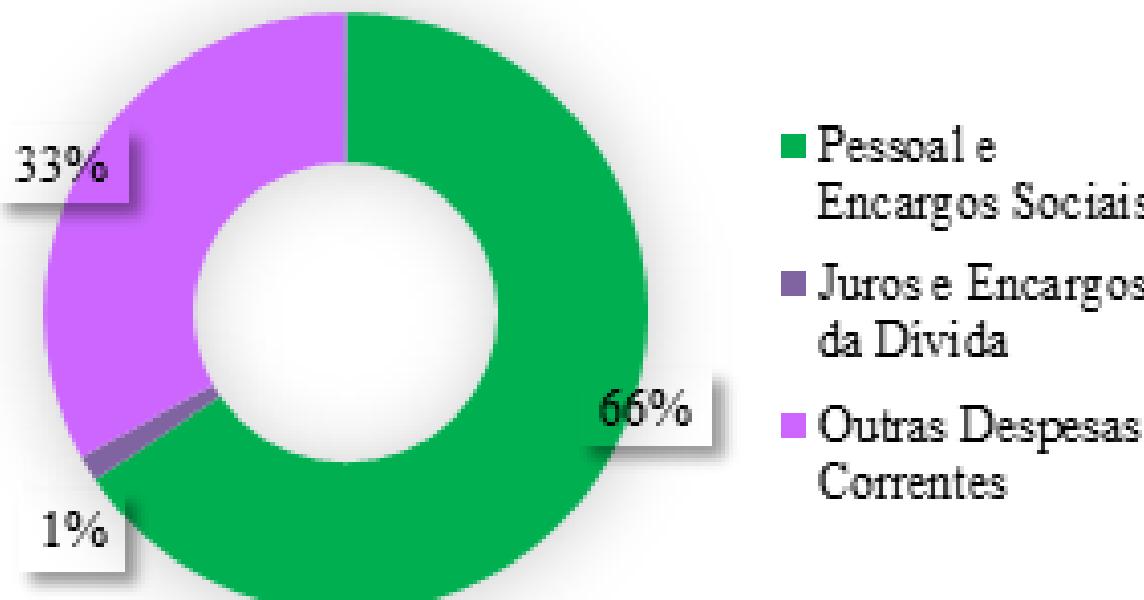


Todo gasto que o governo faz com os recursos arrecadados por meio de impostos ou outras fontes é categorizado em despesas correntes e despesas de capital.

Despesa Corrente

Classificam-se na categoria de despesas correntes todas as despesas para manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, sendo as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Estas totalizaram R\$7.440.732.815,53 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta milhões, setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos) e sua composição em percentual está demonstrado no gráfico abaixo:

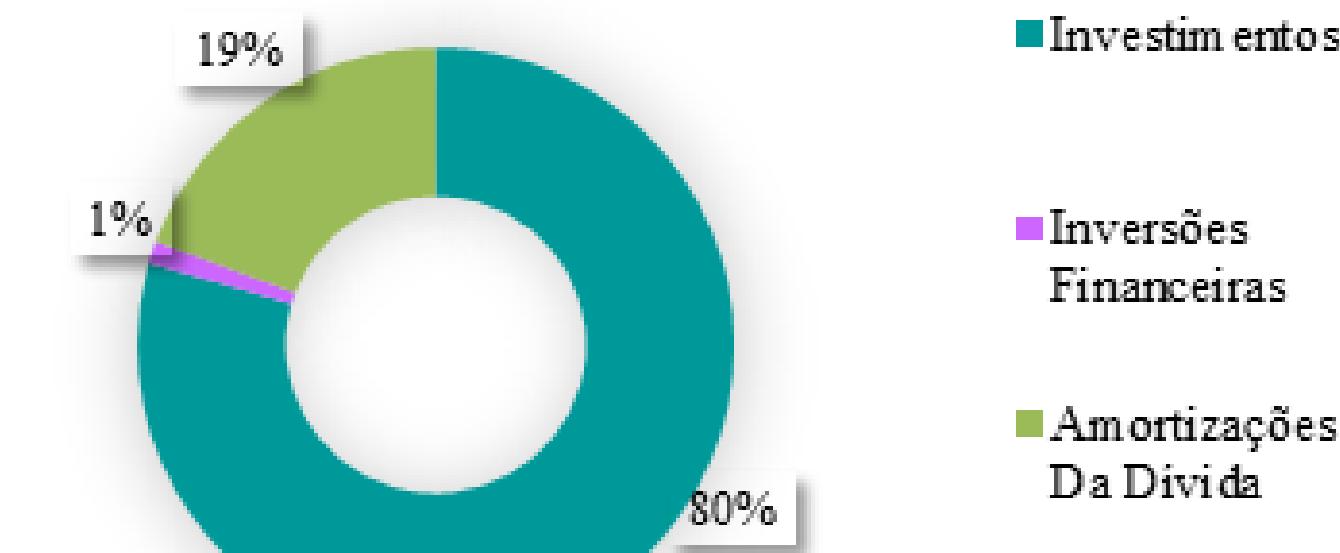
Composição das Despesas Correntes



Despesa de Capital

Classificam-se na categoria despesas de capital aquelas despesas que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, ou seja, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital como exemplo, obras e instalações, máquinas e equipamentos, aquisição de software, aquisição de softwares sob encomenda, veículos, bens móveis. Estas totalizaram R\$917.306.251,38 (novecentos e dezessete milhões, trezentos e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais e oito centavos) e sua composição em percentual está demonstrado no gráfico abaixo:

Composição das Despesas de Capital



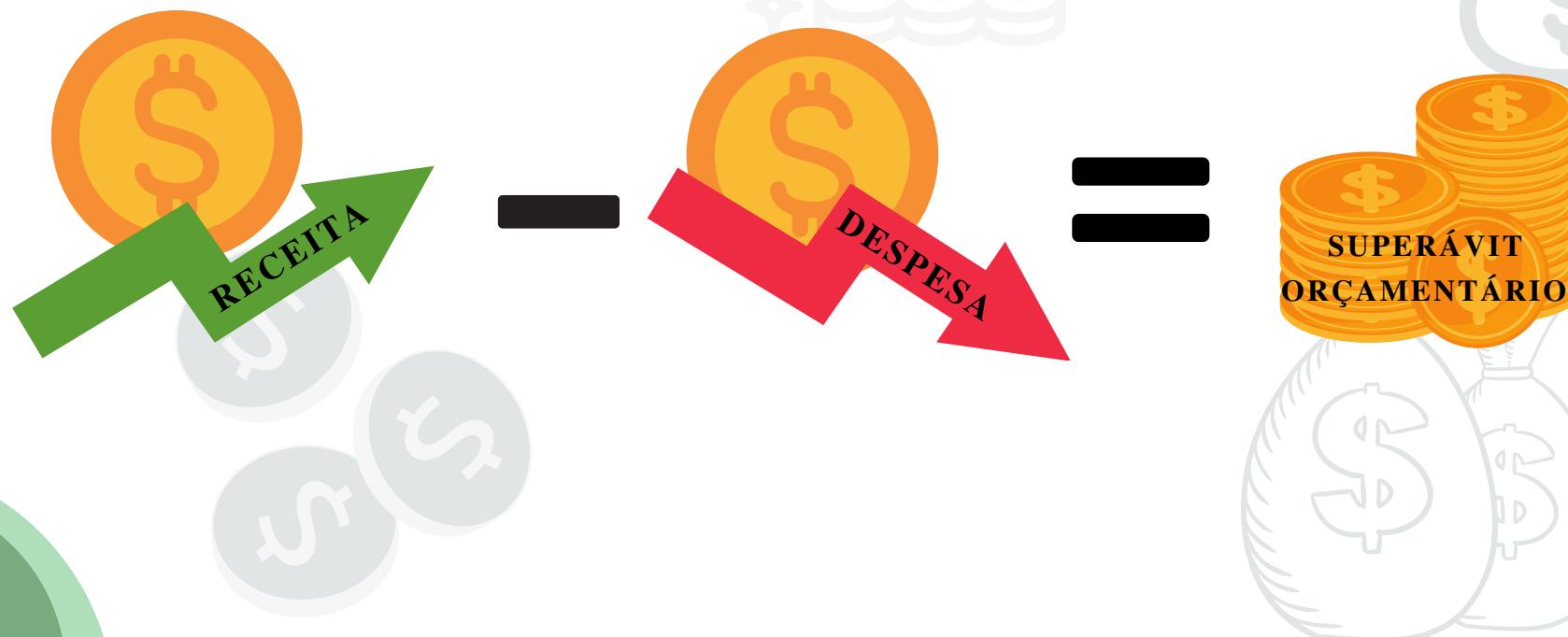
O QUE É BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas. Bem como, o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas. Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário. Na ocasião em que a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 9,5 milhões, e o total da despesa executada foi de R\$ 8,3 milhões, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 1,2 milhão, ou seja, as receitas arrecadadas no ano foram superiores às despesas nele reconhecidas.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964
Período: 01.01.2019 a 31.12.2019 e 01.01.2020 a 31.12.2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	Em R\$ 1,00 SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)		8.178.068.884,00	9.107.891.272,35	9.513.870.696,75	405.979.424,40
RECEITA TRIBUTÁRIA		3.056.948.889,00	3.056.948.889,00	3.410.558.195,34	353.609.306,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		646.517.879,00	694.683.966,90	774.059.578,21	79.375.611,31
RECEITA PATRIMONIAL		372.401.479,00	372.440.955,40	396.424.025,75	23.983.070,35
RECEITA DE SERVIÇOS		269.213.127,00	269.213.127,00	278.360.648,04	9.147.521,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.560.035.498,00	4.440.252.322,05	4.381.990.163,78	58.261.158,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		272.952.012,00	274.352.012,00	272.478.085,63	1.873.926,37
RECEITAS DE CAPITAL (II)		361.697.746,00	409.629.646,59	68.023.213,09	341.606.433,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		18.529.969,00	18.529.969,00	-	18.529.969,00
ALIENAÇÃO DE BENS		-	-	2.967.692,36	2.967.692,36
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		343.158.393,00	391.090.293,59	63.949.020,76	327.141.272,83
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		9.384,00	9.384,00	1.106.499,97	1.097.115,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)		8.539.766.630,00	9.517.520.918,94	9.581.893.909,84	64.372.990,90
OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)		8.539.766.630,00	9.517.520.918,94	9.581.893.909,84	64.372.990,90
SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)		8.539.766.630,00	9.517.520.918,94	9.581.893.909,84	64.372.990,90
DÉFICIT (VI)		-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V+VI)		8.539.766.630,00	9.517.520.918,94	9.581.893.909,84	64.372.990,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		364.103.497,00	1.233.163.234,37	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		364.103.497,00	364.103.497,00	-	-
Superávit Financeiro		-	869.059.737,37	-	-
Reabertura de créditos adicionais		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		7.939.141.220,00	8.862.706.081,94	7.440.732.815,53	6.913.193.150,91	6.804.309.617,79	1.421.973.266,41
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		904.331.214,00	1.559.930.458,33	917.206.251,38	520.009.078,14	498.266.761,73	642.624.206,95
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)		60.397.693,00	37.787.802,04	-	-	-	37.787.802,04
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)		8.903.870.127,00	10.460.424.342,31	8.358.039.066,91	7.433.202.229,05	7.302.576.379,52	2.102.385.275,40
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI+XII)		8.903.870.127,00	10.460.424.342,31	8.358.039.066,91	7.433.202.229,05	7.302.576.379,52	2.102.385.275,40
SUPERÁVIT (XIII)		-	-	-	1.223.854.842,93	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)		8.903.870.127,00	10.460.424.342,31	8.358.039.066,91	7.433.202.229,05	7.302.576.379,52	878.530.432,47
RESERVA DO RPPS		290.259.811,00	290.259.811,00	-	-	-	290.259.811,00

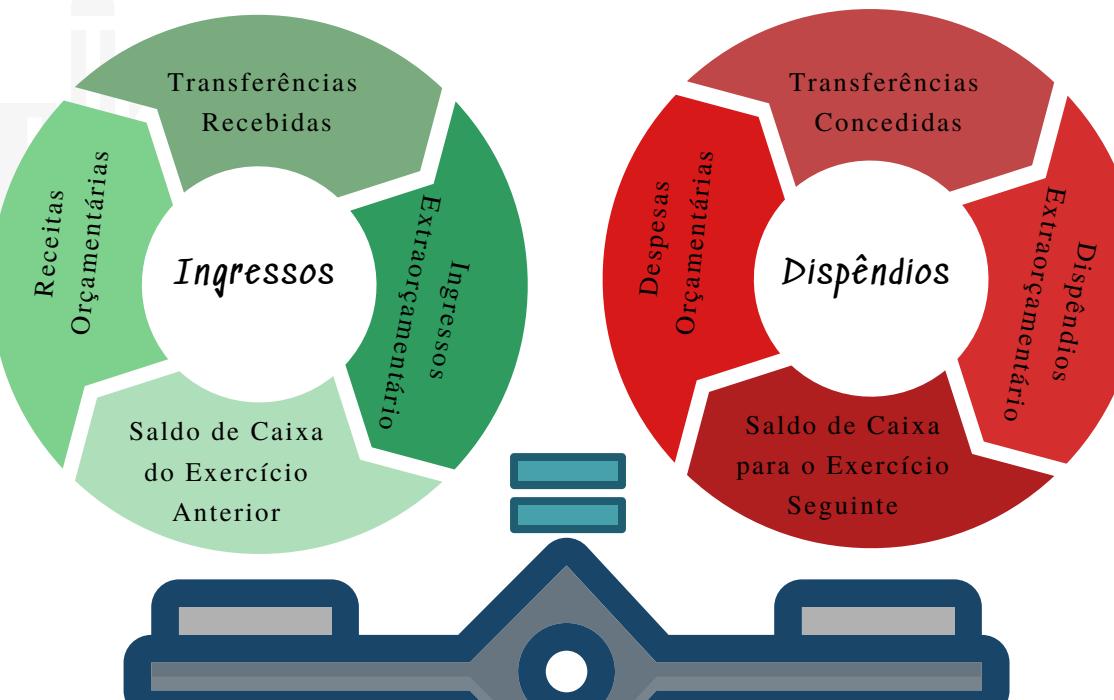
Capítulo II

GESTÃO FINANCEIRA

O QUE É BALANÇO FINANCEIRO?

É o Demonstrativo Contábil que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício.

VAMOS Melhorar esse entendimento!



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 01.01.2019 a 31.12.2019 e 01.01.2020 a 31.12.2020

Em R\$1,00

	INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)				
Ordinária			9.581.893.909,84	8.497.292.489,58
Vinculada			5.661.376.686,77	5.388.164.308,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)			3.920.517.223,07	3.109.128.181,05
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)			6.824.227.721,97	5.735.058.049,89
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)			9.263.069.050,31	6.497.610.477,58
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)			2.534.408.866,06	1.679.182.146,67
			28.203.599.548,18	22.409.143.163,72

	DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)			8.358.039.066,91	7.615.503.627,23
Ordinária			3.685.930.084,90	3.769.582.589,29
Vinculada			4.672.108.982,01	3.845.921.037,94
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)			6.983.657.127,95	5.736.834.835,91
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)			8.650.066.727,43	6.522.395.834,52
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)			4.211.836.625,89	2.534.408.866,06

As receitas e as despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.

O QUE É DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimento e financiamento.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

- Atividade Operacional: São as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimentos e tampouco de financiamento;
- Atividades de Investimento: São às referentes as aquisições e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa;
- Atividades de Financiamento: São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Período: 1.1.2019 a 31.12.2019 e 1.1.2020 a 31.12.2020

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ingressos		21.006.621.516,35	17.859.216.031,96
Desembolsos		18.804.585.928,60	16.365.134.400,57
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		2.202.035.587,75	1.494.081.631,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		821.295.707,84	574.696.349,80
Desembolsos		1.324.408.410,94	1.040.655.552,31
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		- 503.112.703,10 -	465.959.202,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		-	-
Desembolsos		177.804.093,44	191.866.351,61
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)		- 177.804.093,44 -	191.866.351,61
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		1.521.118.791,21	836.256.077,27
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		2.381.218.206,59	1.544.962.129,32
Caixa e Equivalente de caixa final		3.902.336.997,80	2.381.218.206,59



Capítulo III

GESTÃO PATRIMONIAL

O QUE É BALANÇO PATRIMONIAL?

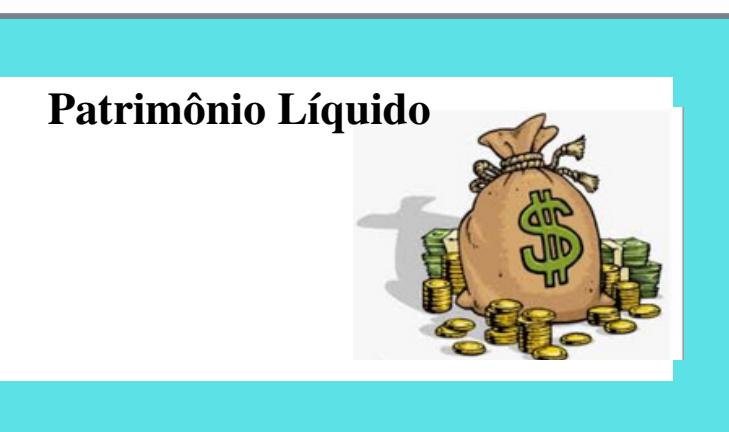
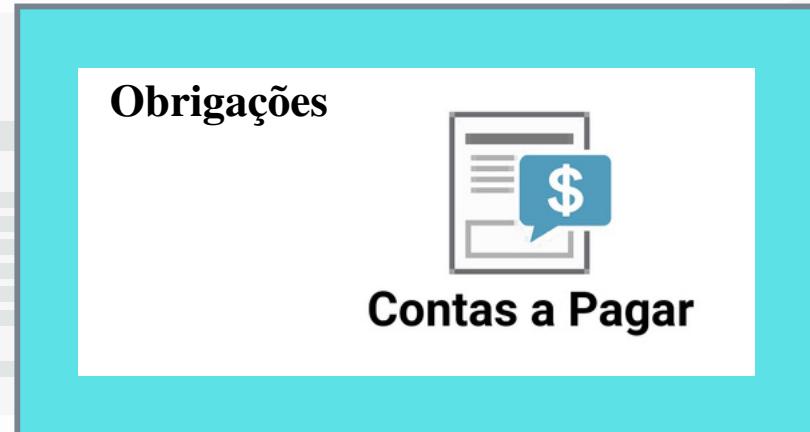
É um demonstrativo contábil que tem por finalidade evidenciar qualitativa e quantitativamente a posição contábil, financeira e econômica da entidade pública, representando uma posição estática (posição ou situação do patrimônio em determinada data), por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.



ATIVO



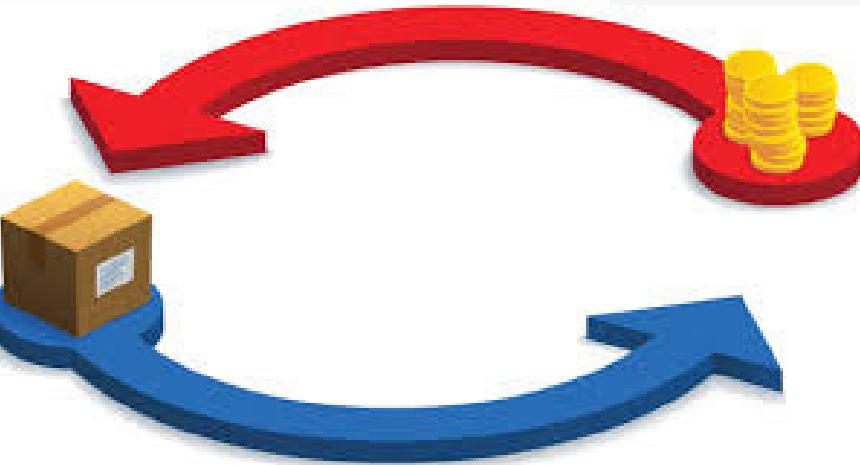
PASSIVO



$$\text{Bens} + \text{Direitos} - \text{Obrigações} = \text{Patrimônio Líquido}$$

ENTENDENDO MELHOR O BALANÇO PATRIMONIAL.

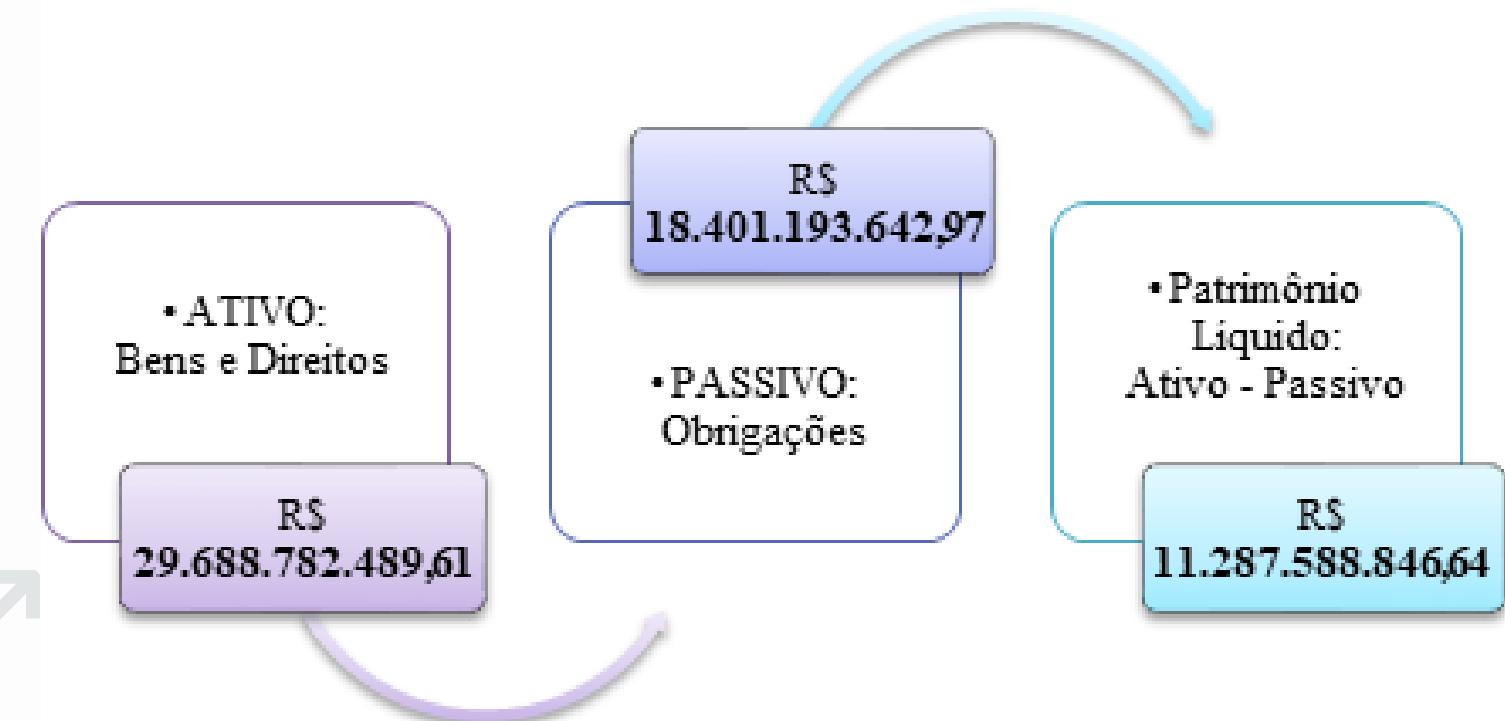
O Balanço Patrimonial é apresentado seguindo o que preceitua a legislação vigente, destacando, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Esse demonstrativo está estruturado com o quadro principal, formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial. E ainda por quadros auxiliares que apresentam os valores de ativos e passivos financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.



Abaixo demonstra-se o Balanço Patrimonial simplificado do Estado de Rondônia, referente ao exercício 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO			
Período: 1.1.2019 a 31.12.2019 e 1.1.2020 a 31.12.2020			
ATIVO	2020	PASSIVO	2020
Ativo Circulante	7.761.504.093,83	Passivo Circulante	695.260.577,47
Ativo Não Circulante	21.927.278.395,78	Passivo Não Circulante	17.705.933.065,50
		Total do Passivo	18.401.193.642,97
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		Patrimônio Líquido	54.137.905,17
		Resultados Acumulados	11.233.450.941,47
		Total do Patrimônio Líquido	11.287.588.846,64
Total do Ativo	29.688.782.489,61	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	29.688.782.489,61
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTE			
ATIVO (I)	2020	PASSIVO (II)	2020
Ativo Financeiro	4.211.836.625,89	Passivo Financeiro	1.413.709.772,98
Ativo Permanente	25.476.945.863,72	Passivo Permanente	17.881.714.997,55
Total do Ativo	29.688.782.489,61	Total do Passivo	19.295.424.770,53
Saldo Patrimonial (III) = (I) - (II)			10.393.357.719,08
QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Atos Potenciais Ativos	2020	Atos Potenciais Passivos	2020
Total dos Atos Potenciais Ativos	78.853.731,14	Total dos Atos Potenciais Passivos	265.222.058,21
DEMONSTRATIVO DE SUPERAVIT/DEFÍCIT			
FONTE DE RECURSO	2020		
Recursos Ordinários	902.783.319,14		
Vinculado	1.895.343.533,77		
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	2.798.126.852,91		

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 29.688.782.489,61, que, deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 18.401.193.642,97, resultou o patrimônio líquido de R\$ 11.287.588.846,64. Assim, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.



ATIVO E PASSIVO

ATIVO é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

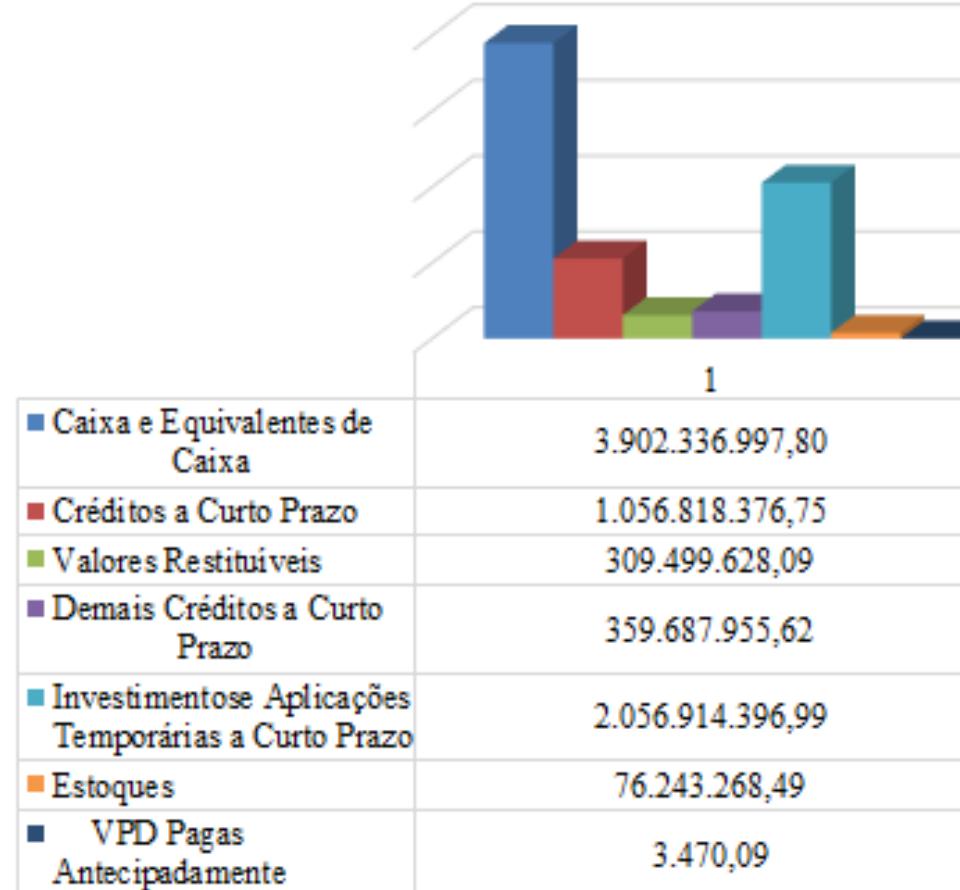
PASSIVO é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Ativo Circulante

Ativo circulante é uma referência aos bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo. Os ativos que podem ser considerados como circulantes incluem: dinheiro em caixa, conta movimento em banco, aplicações financeiras, contas a receber, estoques, dentre outras, conforme se verifica no gráfico abaixo.

Em análise vertical observa-se que 46,55% do valor total do ativo circulante corresponde ao caixa e equivalente de caixa, parcela relativa ao disponível para realização imediata.

Composição do Ativo Circulante

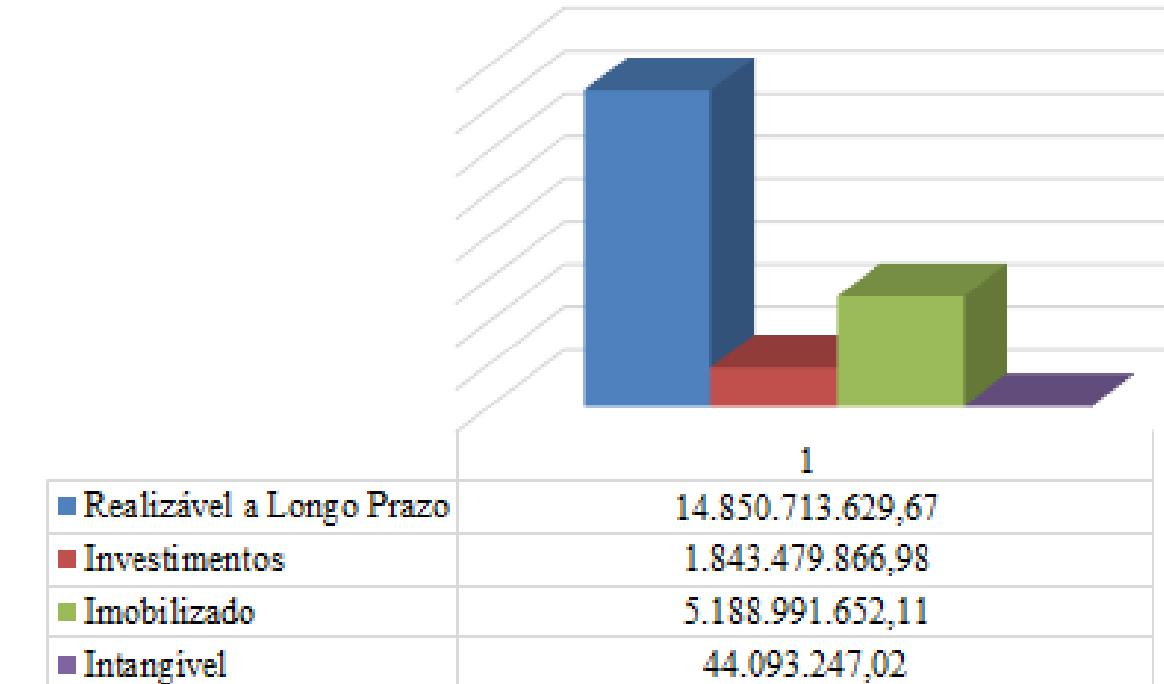


Ativo Não Circulante

Ativo não circulante é o conjunto contábil de todos os bens e direitos da entidade que não podem ser convertidos em capital no curto prazo. Como o próprio nome sugere, são os ativos que permanecem por muito tempo no balanço patrimonial da empresa, não possuindo liquidez suficiente para “circular” de forma imediata.

Aqui o destaca-se o Realizável a Longo Prazo que representa 59,35% do total do Ativo Não Circulante.

Composição do Ativo Não Circulante

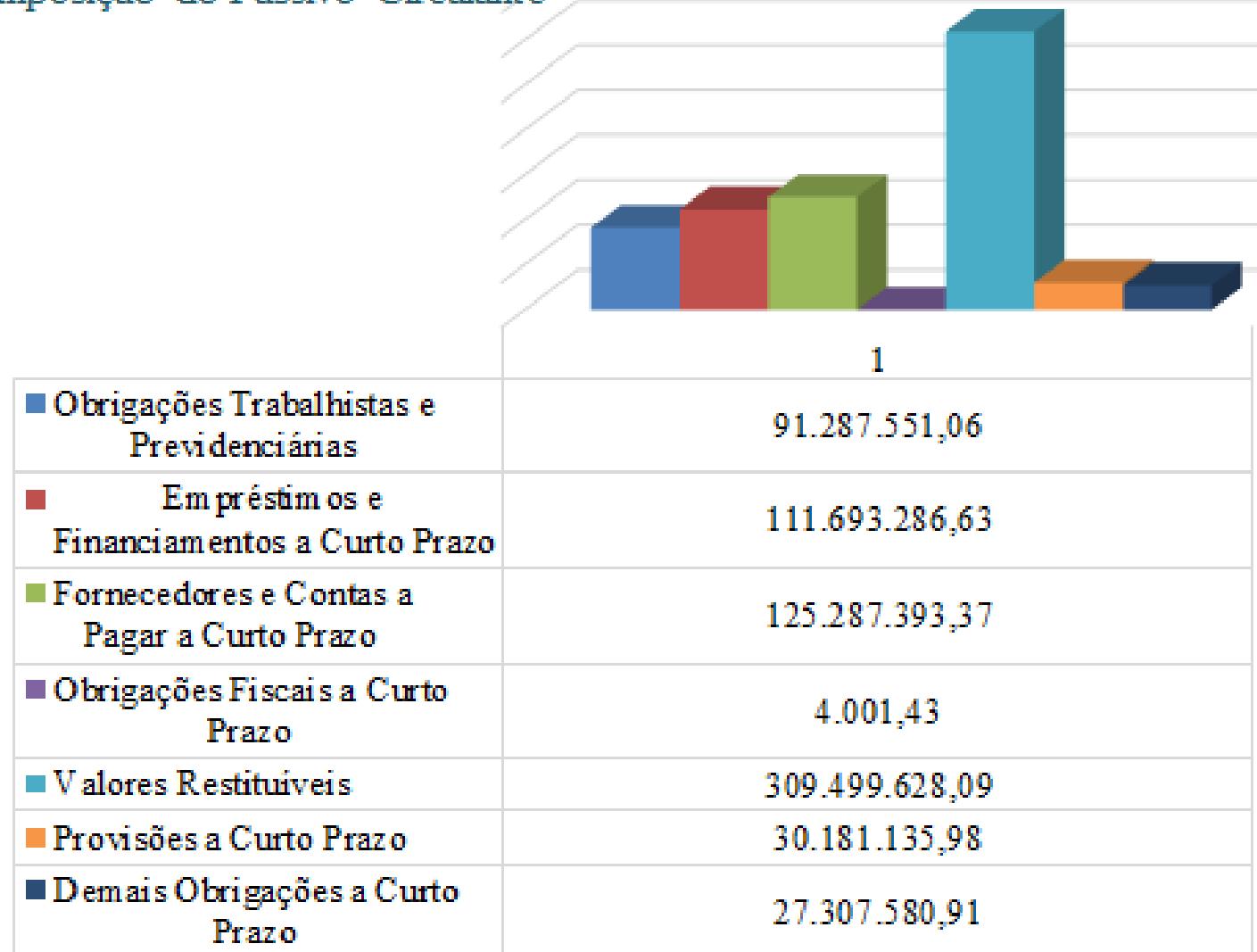


Passivo Circulante

No Passivo Circulante são classificadas as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano: contas a pagar, dívidas com fornecedores de mercadorias, empréstimos bancários com vencimento nos próximos 360 dias, provisões, são considerados exemplos de passivo circulante.

Vale destacar as conta de Valores Restituíveis e Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, que correspondem a 44,52% e 18,02%, respectivamente, em realação ao total do Passivo Circulante

Composição do Passivo Circulante

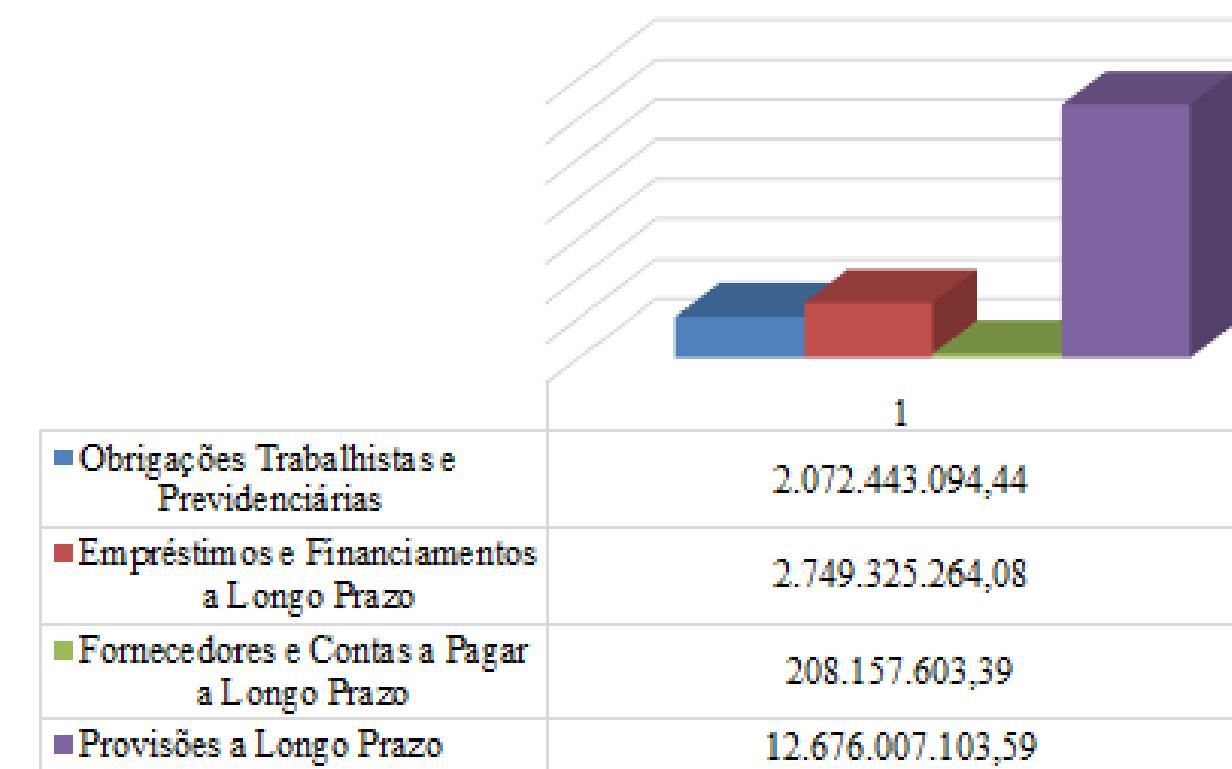


Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante registra todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial.

Dentre essas contas destaca-se as Provisões a Longo Prazo e Empréstimo e Financiamento a Longo Prazo correspondem a 71,59% e 15,53%, respectivamente, do total do Passivo Não Circulante.

Composição do Passivo Não Circulante



SUPERÁVIT FINANCEIRO

Superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro, que compreende aos valores de numerário e aos créditos realizáveis que independam de autorização orçamentária, e o passivo financeiro, que abrange as obrigações exigíveis que independam de autorização orçamentária, podendo ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.

Como se pode observar abaixo em 2020 o superávit apurado foi no total de R\$ 2.798.126.852,91 (dois bilhões, setecentos e noventa e oito milhões, cento e vinte seis seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos).



Vale ressaltar que, de acordo co o artigo 43 da Lei 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial pode ser utilizado como fonte de recurso para abertura de crédito suplementares ou especiais



O QUE É DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO?

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido do ente em determinado período, além da formação de todas as reservas.



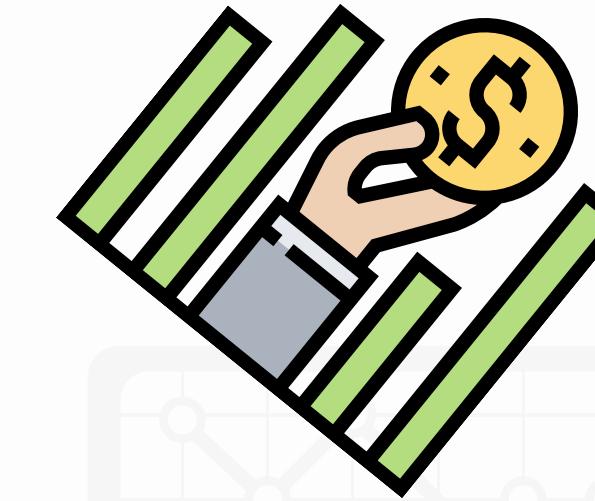
O patrimônio líquido do Estado de Rondônia variou positivamente em 11,76% em comparativo encerramento do exercício de 2019.



O QUE É DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS?



É um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício, resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.



1 + 1 =

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

Representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público, que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos ou redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

São as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Através da estrutura das Variações Patrimoniais o setor público mede o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

Abaixo apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Simplificada referente ao exercício 2020:

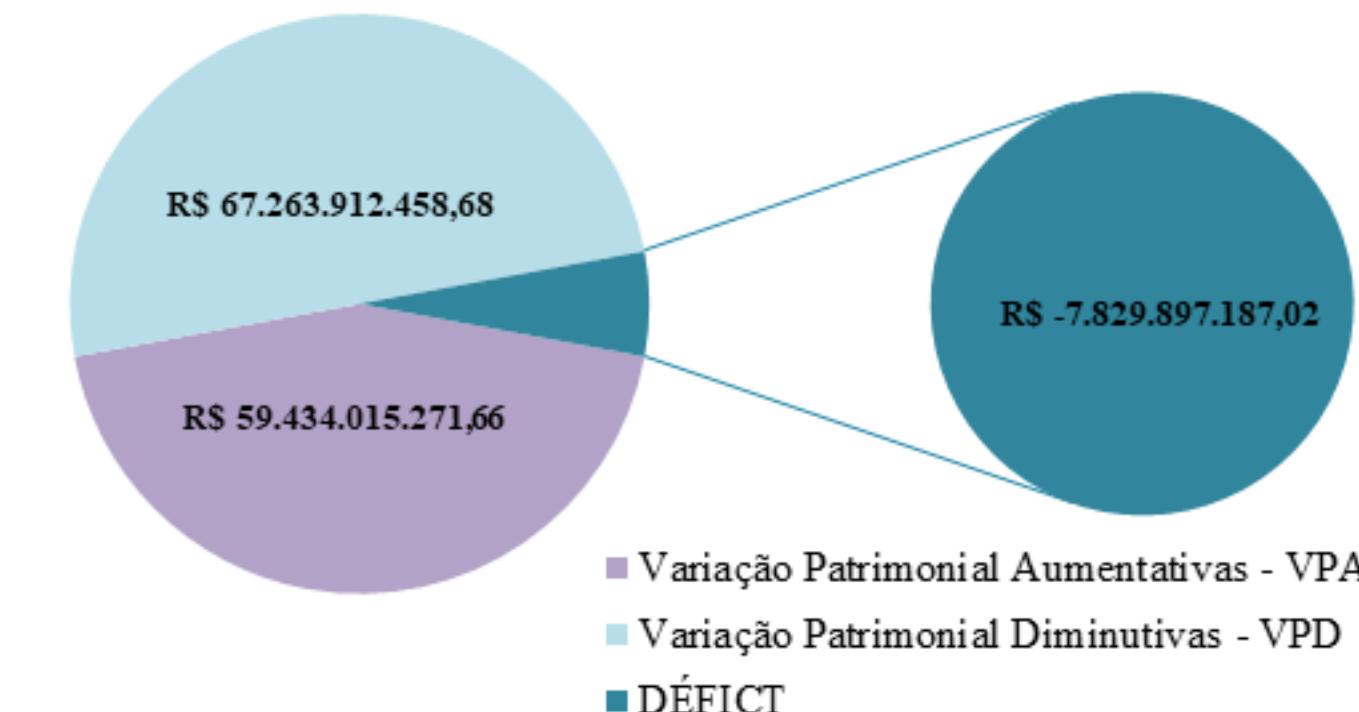
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS SIMPLIFICADA	
Período: 1.1.2019 a 31.12.2019 e 1.1.2020 a 31.12.2020	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.745.366.128,21
Contribuições	791.440.284,33
Exploração de Bens e Venda de Bens, Serviços e Direitos	324.572.111,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	548.154.646,67
Transferências e Delegações Recebidas	11.942.957.494,71
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	113.067.648,56
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	41.968.456.957,51
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	59.434.015.271,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2020
Pessoal e Encargos	4.322.584.933,27
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	923.566.272,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.267.432.266,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.123.751.076,82
Transferências e Delegações Concedidas	8.740.750.587,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.493.708.875,44
Tributárias	91.021.422,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	42.301.097.024,01
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	67.263.912.458,68
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-7.829.897.187,02



As variações patrimoniais devem manter vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais, de forma a permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidos pela movimentação das contas de resultado. O resultado das variações patrimoniais irá compor o patrimônio líquido no balanço patrimonial positivamente se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Como se observa, no exercício 2020, as VPDs foram superiores as VPAs originando um resultado patrimonial deficitário, este por sua vez foi evidenciado no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.

Resultado Patrimonial



O QUE É PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA?



Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus servidores e dependentes e as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como **Passivo Atuarial**, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS – Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

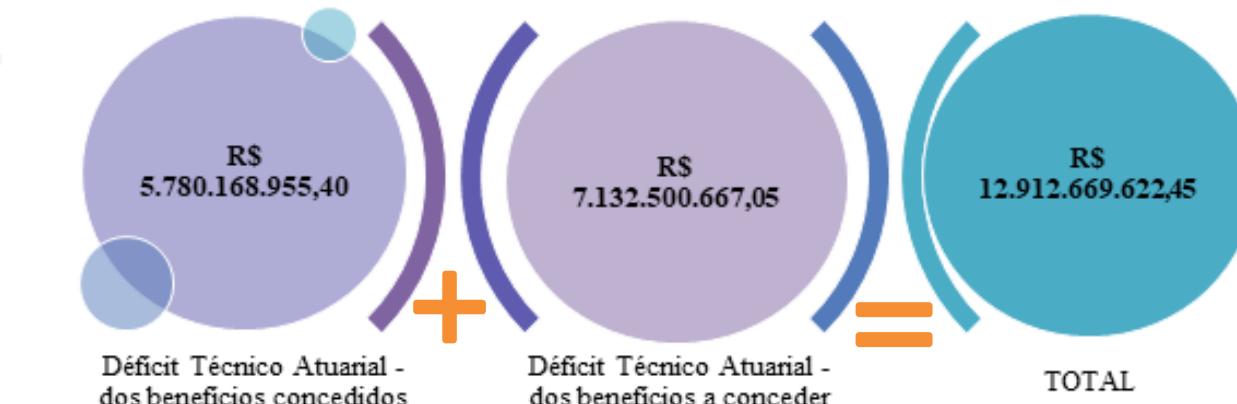
Desta forma, a provisão atuarial é registrada no balanço patrimonial, no passivo não circulante - provisões a longo prazo.

Nas demonstrações contábeis de 31.12.2020, foram reconhecidos os valores da Avaliação Atuarial, válida para o exercício de 2020, nas quais as datas consideradas foram:

- Data Focal: 31 de dezembro de 2019
- Data da Assinatura: 02 de julho de 2020

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2020 foi realizada pela Empresa RTM Consultores Associados, tendo como atuário responsável o Senhor Thiago Costa Fernandes sob MIBA 100.002.

No exercício de 2020, a Avaliação atuarial para o Plano Financeiro obteve o seguinte resultado:



O valor de R\$ 12.912.669.622,45 (doze bilhões, novecentos e doze milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), demonstra uma redução de 75% em relação ao exercício de 2019 (51.443.837.022,03-cinquenta e um bilhões, quatrocentos e quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e sete mil, vinte e dois reais e três centavos), os registros contábeis estão devidamente evidenciado na conta contábil, “Cobertura de Insuficiência Financeira”.

Ademais, na Avaliação atuarial do exercício de 2020, para o Plano Previdenciário, registra superávit atuarial na quantia de R\$ 165.653.068,50.

Discriminação	31.12.2019	31.12.2020
Ajuste de resultado atuarial	177.338.381,88	165.653.068,50
Outras provisões atuariais	0,00	0,00
TOTAL	177.338.381,88	165.653.068,50

Cabe lembrar que, assim como os demais entes que adotaram a segregação de massa, o Déficit Técnico Atuarial foi registrado com base nos pressupostos da Nota Técnica do CONAPREV - Contabilização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

Capítulo IV GESTÃO FISCAL

ENTENDENDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 – LRF – estabelece regras e limites voltados para a Gestão Fiscal dos entes públicos, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, limitando o crescimento dos gastos e da dívida pública, bem como, permitem ao gestor público a avaliação do desempenho e o acompanhamento da evolução das finanças públicas ao longo do tempo, ou seja, são informações estratégicas para a tomada de decisão.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantias e contragarantias e inscrição em restos a pagar.

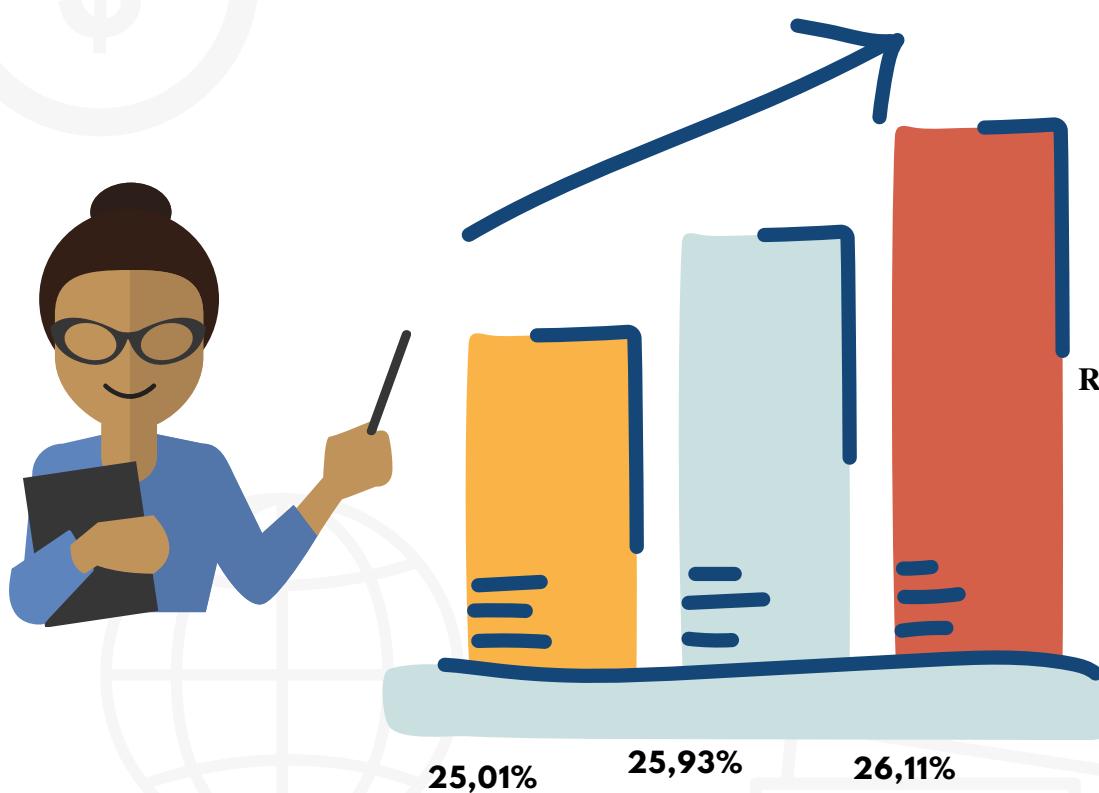
Deve-se observar, ainda, a aplicação de recursos mínimos em educação e saúde, sendo 25% e 12% respectivamente, conforme determinado na Constituição Federal 1988.

A seguir, temos tabelas-resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2020.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2020	PREVISÃO ATUALIZADA R\$ 31.985.452 mil	PREVISÃO ATUALIZADA R\$ 31.980.173 mil
METAS		
DESCRÍÇÃO	VALOR REALIZADO	META ANUAL LDO
RESULTADO PRIMÁRIO - 2020	R\$ 31.985.452 mil	R\$ 31.980.173 mil
RESULTADO NOMINAL- 2020	R\$ 31.985.452 mil	R\$ 31.980.173 mil

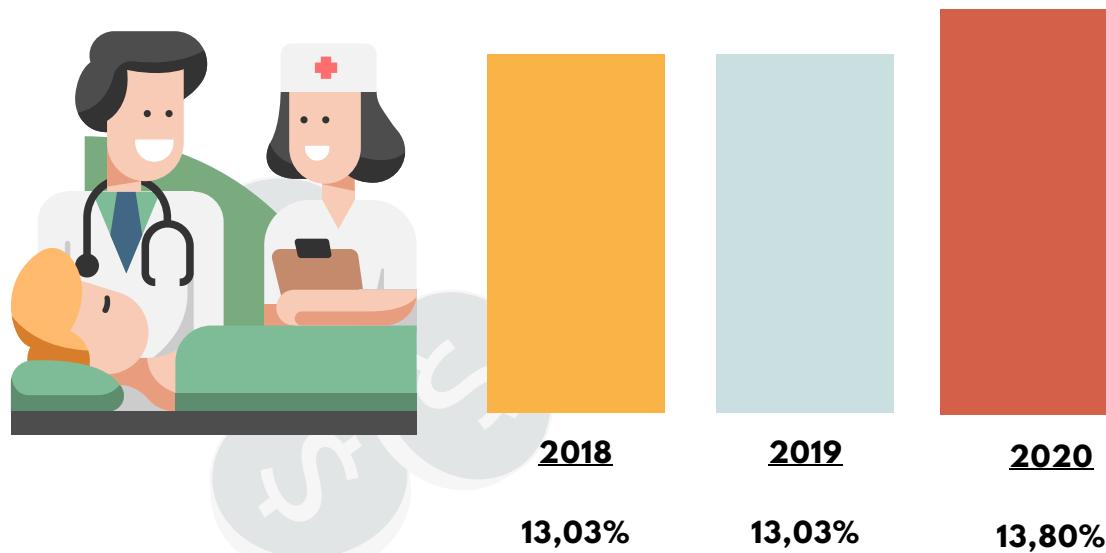


Índice de Aplicação de recursos em Educação



Em 2020, as despesas MDE somaram R\$ 1,723 bilhão, representando 26,11%.

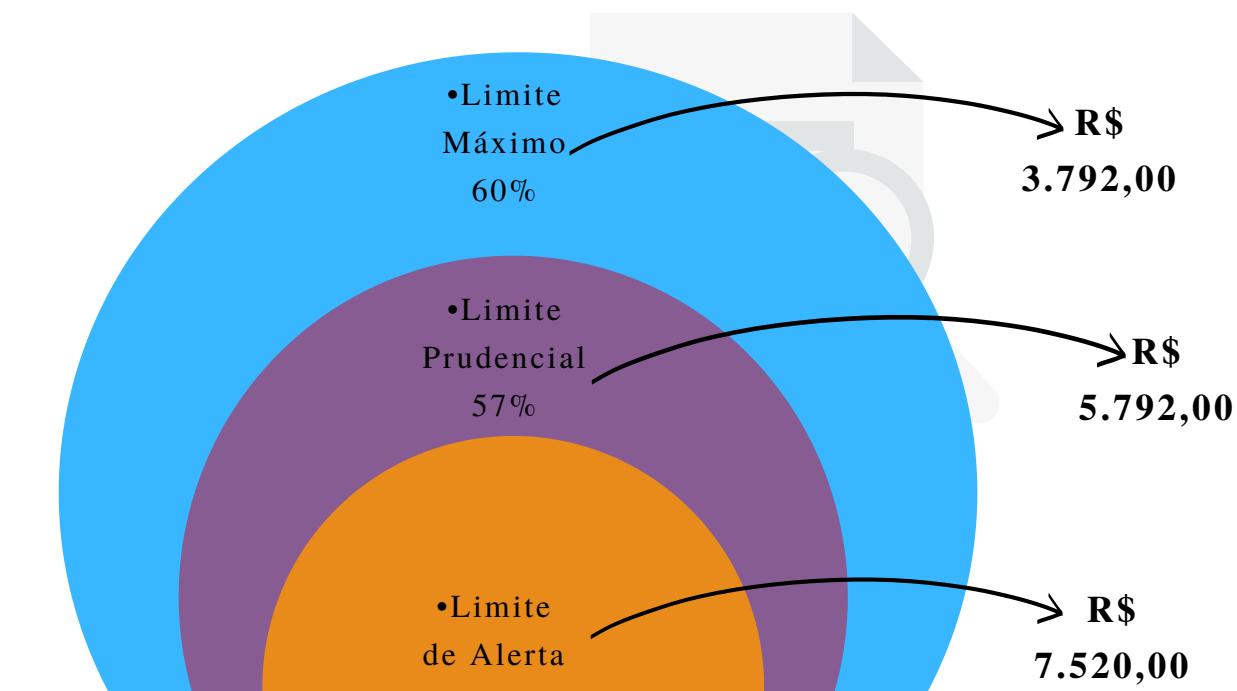
Índice de Aplicação de Recursos em Saúde



Em 2020, as despesas aplicadas em Saúde somaram de R\$ 910,762 milhões, representando 13,80%.

COLOCAR O TÍTULO DESPESA COM PESSOAAL EM CIMA Quanto aos limites, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. Já a LRF, em seus arts. 19, 20, 22 e 59, trata sobre a despesa com pessoal de cada Poder e Órgão em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, os quais estão apresentados a seguir:

Percentual da despesa total consolidado com pessoal em relação à RCL.

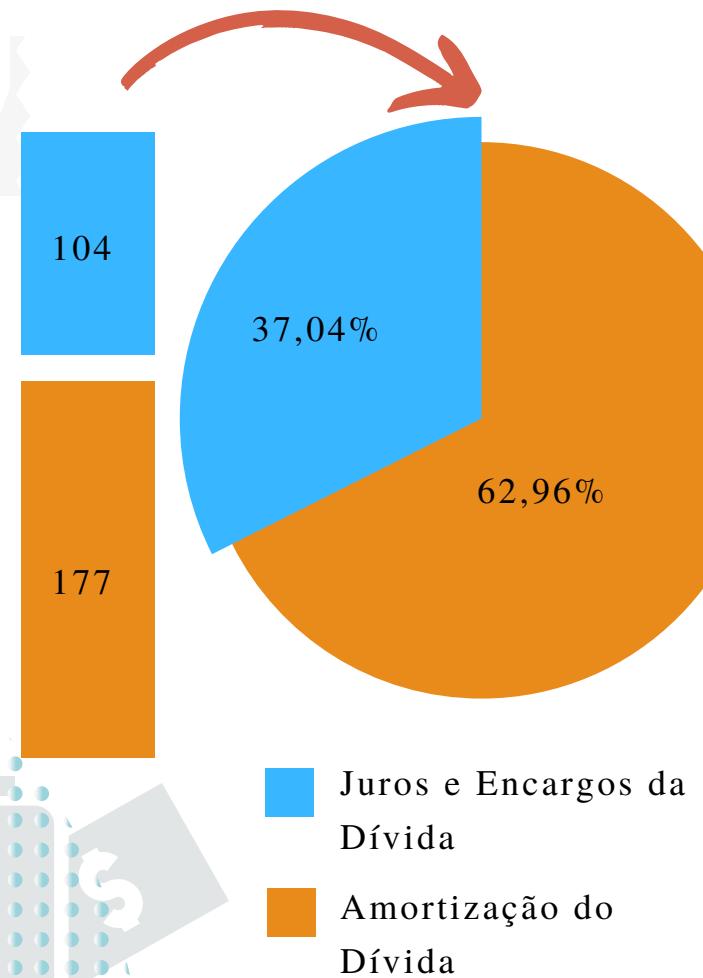


DÍVIDA PÚBLICA

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributo, entretanto, em relação aos gastos públicos com investimentos a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

As despesas com pagamento da dívida em 2020 somaram R\$ 282 milhões.

DESPESA COM A DÍVIDA PÚBLICA (R\$ Milhões)



ESTOQUE DA DÍVIDA CONSOLIDADA 2020

SALDO EM 31.12.2020

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA – EMPRÉSTIMOS INTERNOS (I)

CT 0270084 - PEF-II/BNDES	11.321.512,91
CT 0270085 - PIDISE/BNDES	39.874.753,16
CT 0270086 - PROINVEST/BB (20/00012-3)	264.722.198,82
CT 0270096 - PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ - CEF 349794-71	10.565.930,30

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA – EMPRÉSTIMOS EXTERNO (II)

CT 0270087 - PROFISCO I	25.019.518,65
-------------------------	---------------

REFINANCIAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS (III)

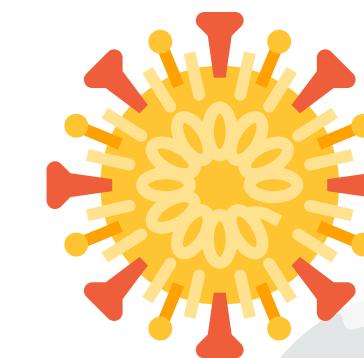
CT 0270106 - PERT/CEPRORD PREV	4.579.617,49
CT 0270103 - EMATER PREVIDÊNCIA CT103	25.291.437,04

DEMAIS REFINANCIAMENTOS (IV)

CT 0270006 - LEI 8727 - COHAB	1.875.673,25
CT 0270010 - LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	2.507.638.963,62
CT 0270102 - EMATER PARCELAMENTO FGTS	229.851,85
CT 0270105 - EMATER / INDENIZAÇÕES CLT /PGFN	1.974.001,76
CT 0027102 - PASEP/PARCELAMENTO (PERT)	18.900.998,15
CT 0270116 - EMATER PARC.MULTA/PGFN FGTS	116.454,61

Capítulo V

PANDEMIA DO COVID-19



Evolução de Casos da Covid-19 no Estado de Rondônia

A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 e apresenta como principais sintomas febre, tosse seca e dificuldade respiratória. Essa doença pode iniciar como um simples resfriado, mas pode se agravar e levar à morte.

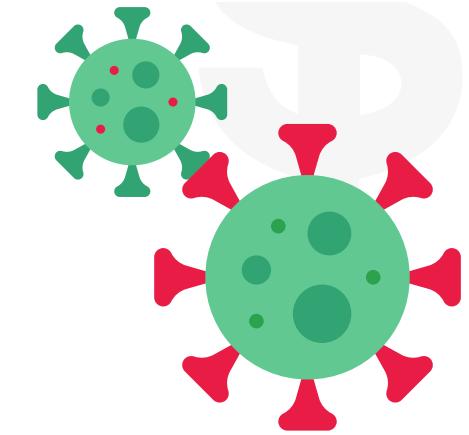
A rápida disseminação do coronavírus (COVID-19) pelo mundo constituiu um desafio aos sistemas de saúde e econômico do Estado, assim, foram necessárias adoções de medidas como o distanciamento social, restrição de circulação e aglomeração de pessoas, objetivando reduzir a velocidade de propagação da COVID-19.

Plano de ação para contenção da propagação da pandemia



Dados da COVID-19 em Rondônia			
CASOS CONFIRMADOS	CURADOS	81.738	85,38%
95.729	ATIVOS	12.174	12,71%
Caso testado positivo para COVID-19 em exame laboratorial e/ou por critério clínico-epidemiológico.	ÓBITOS	1.817	1,90%
TOTAL DE INTERNAÇÕES			3.233
TESTES REALIZADOS			295.662
Som a dos exames para Covid-19 RT-PCR (136.391) + testes rápidos (159.271)			
PROFISSIONAIS DE SAÚDE CONFIRMADOS			5.653
Profissionais de Saúde confirmados para Covid-19			
PROFISSIONAIS DE SAÚDE CURADOS			4.990
Profissionais de Saúde curados para Covid-19			88,27%

Fonte : Relatório de Ações SCI 272/2020 de março até 31 de dezembro 2020 e Epimed.



Ações para o Combate do Novo CoronaVírus

O ano de 2020 iniciou-se de forma atípica, o novo Coronavírus assolou uma pandemia pelo mundo que abalou todos os sistemas de serviços essenciais e assistenciais existentes, com ênfase em todo sistema de saúde.

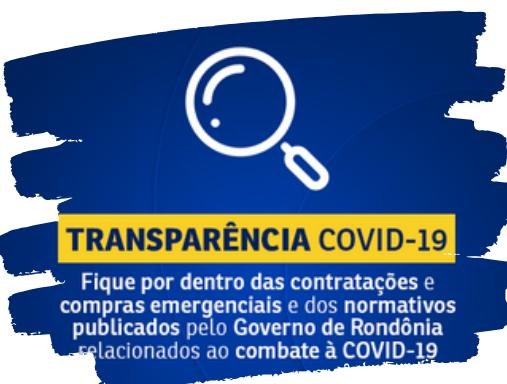
Diante da Emergência em Saúde Pública declarada, o Governo do Estado de Rondônia decretou medidas para enfrentamento à propagação da doença em virtude da Pandemia instalada no território nacional e internacional.

- 16/03/2020
• Decreto nº 24.871, instituiu medidas para enfrentamento à propagação da doença posteriormente alterado para melhora das medidas necessárias

- 23/03/2020
• Decreto n. 24.892, constituindo o “Gabinete de Integração de Acompanhamento e Enfrentamento ao Coronavírus”, composto por Chefes dos Poderes e Órgãos autônomos do Estado para análise de estratégia visando a erradicação da epidemia;
• Decreto n. 24.893, criando o Comitê Interinstitucional de Prevenção, Verificação e Monitoramento dos Impactos da Covid-19;

- 26/03/2020
• Portaria Conjunta n. 1, instaurou o Sistema de Comando de Incidentes –Sala de Situação Integrada (SCI), composta por integrantes da SESAU, Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (AGEVISA) e Corpo de Bombeiro da Polícia Militar de Rondônia (CBMRO) para o enfrentamento a pandemia pelo COVID-19 (SARS-CoV-2).

Foi criada também uma plataforma institucional, que reúne informações sobre a Covid-19, acessível através do endereço eletrônico: www.coronavirus.ro.gov.br, no qual são mostrados os dados com transparéncia das ações de prevenção e enfrentamento à Covid-19.



Leitos para COVID - 19

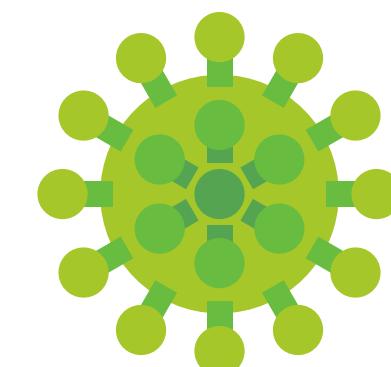
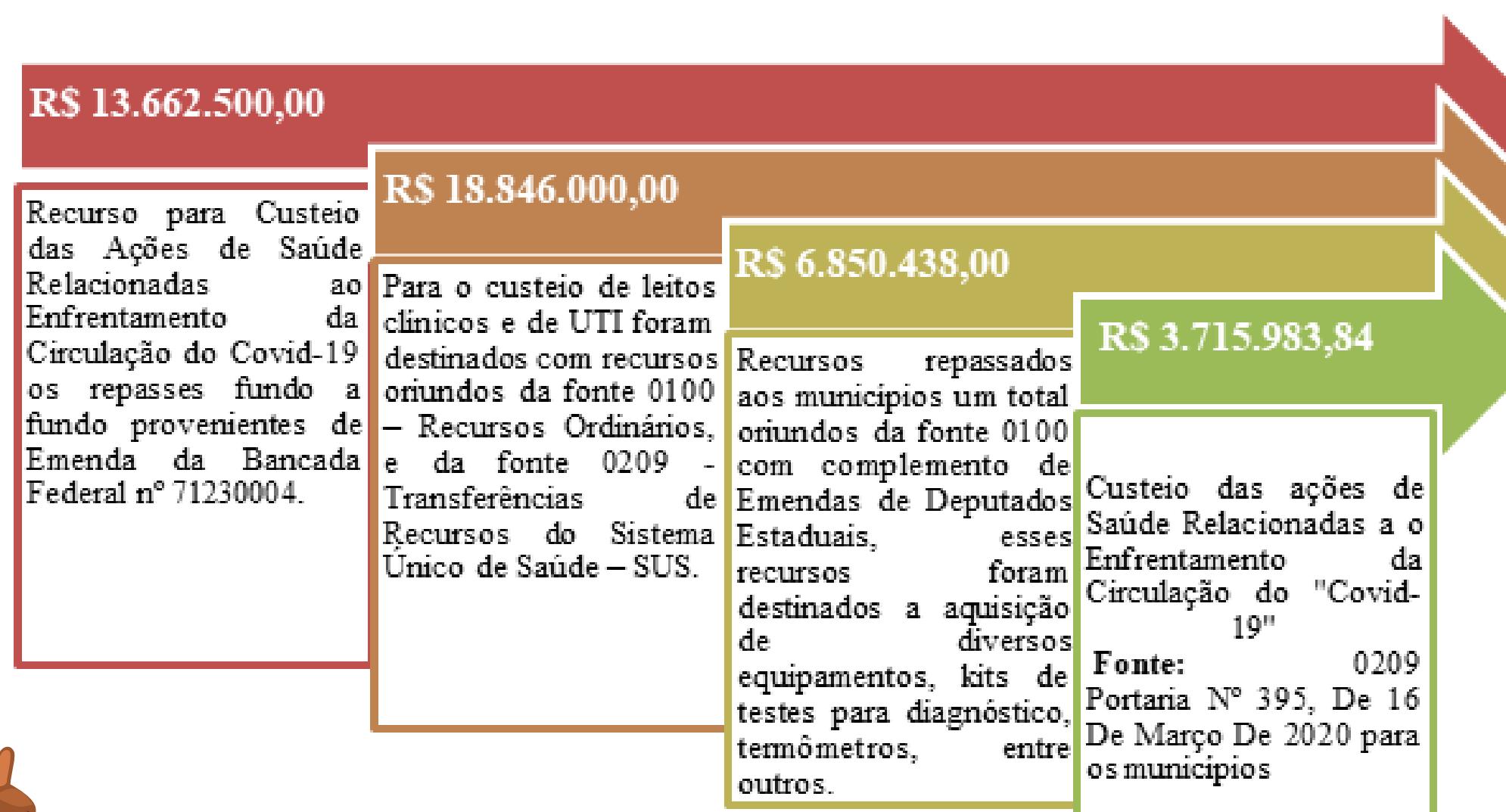
Novo leitos foram disponibilizados em maio no hospital CEMETRON, HBAP, HEPSJPII, HRC, HEURO, HRB, HRE, HRSFG, HESFG, Hospital Santa Marcelina (HSM) e no Hospital SAMAR para atender os pacientes acometidos por COVID-19. No mês de junho foram conveniados os leitos do Hospital do Amor Amazônia (HAA).

A partir de 02/07/ 2020 foram contratualizados pelo prazo de 90 (noventa) dias o quantitativo de 15 (quinze) leitos clínicos no Hospital Cândido Rondon (HCR) em Ji-Paraná, para atendimento aos pacientes COVID-19 dos municípios situados na macrorregião II.

Ainda no mês de julho, foi inaugurado o 1º Hospital de Campanha do Estado de Rondônia, com capacidade instalada inicial de 30 (trinta) leitos, chegando a 47 (quarenta e sete) leitos em agosto. Também no mês de agosto foi inaugurado mais 20 (vinte) leitos clínicos no 2º Hospital de Campanha do Estado de Rondônia (antigo CERO). Ambos os Hospitais de Campanhas foram criados em estruturas permanentes, ou seja, continuarão sendo utilizados futuramente.



TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À MUNICÍPIOS PARA ENFRENTAREM A COVID-19



Em atenção ao momento de pandemia causa pelo Novo Coronavírus o Governo Federal editou a Portaria nº 395, de 16 de março de 2020 que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.

O estado de Rondônia ficou com a parcela de R\$ 3.715.984,00 (três milhões setecentos e quinze mil novecentos e oitenta e quadro reais) para distribuir aos 52 municípios conforme estabelecido pelo Art. 2º da Portaria 396/2020, ou seja, a distribuição do recurso ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite-CIB (Resolução nº 106/2020/SESAU-CIB, a SESAU) respeitando o Plano de Contingência Estadual.

HOMENAGEM

Quando o Sars-Cov-2 (nome científico do novo coronavírus) foi identificado na cidade de Wuhan, na China, em dezembro do ano passado, ninguém imaginava que ele pudesse chegar ao Brasil e muito menos na rapidez e proporção que ocorreu. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto como uma emergência de saúde pública de interesse internacional. No mês de março, com a disseminação do vírus em diferentes países, foi declarada a pandemia.

No Brasil, após a confirmação da primeira morte provocada por Covid-19, em 17 de março, que aconteceu no Estado de São Paulo, outras milhares de pessoas não resistiram às complicações da doença em todo o País. No estado de Rondônia não foi diferente, as mortes causadas pela pandemia, trouxeram muito sofrimento para a população.

AOS FAMILIARES ENLUTADOS

A dor da perda é sempre profunda e em tempos de coronavírus engrandeceu-se e tomou dimensões inacreditáveis.

O governo do estado de Rondônia quer expressar as suas sinceras solidariedades às famílias que perderam algum ente querido, o trabalho para que esse número seja o menor possível continua intenso.

AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Aos profissionais da saúde, nosso mais sincero obrigado pela dedicação profissional, inesgotável e heroica. Depois de um ano dessa doença trágica, seguem firmes, mesmo com tantas adversidades. Em meio a essa guerra, que se tornou a pandemia, há profissionais que tem sido obstinados no desempenho de sua profissão, que é de extrema importância para a população.

Agradecemos e reconhecemos o compromisso, a humanização e a dedicação dos trabalhadores da Saúde que, ao cuidarem do outro, cuidam de todos nós, porque comprehendem que cada vida importa.



E AÍ CIDADÃO, QUE TAL VOCÊ AJUDAR A GOVERNAR NOSSO ESTADO? AFINAL, DINHEIRO PÚBLICO É DA SUA CONTA.

- Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos através do acesso ao Portal Transparência (site www.transparencia.ro.gov.br). No Portal você tem a possibilidade de acompanhar gastos/despesas, receitas ou arrecadação, despesas com diárias de viagem, convênios, compras, aquisições e contratos, planejamento e resultados, informações socioeconômicas do Estado, prestação de contas do governador de forma detalhada, dentre outras informações que pode ajudar você a exercer a sua cidadania. O Portal Transparência é uma ferramenta que permite ao cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos públicos, exercendo assim seu papel no Controle Social da gestão governamental.

- Você também pode acessar o E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado de Rondônia, através do site esic.cge.ro.gov.br. Além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

Portal da
Transparência
do Governo de Rondônia



- Ainda há como participar das audiências públicas, que acontecem durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e apresentar propostas que beneficiem a sua comunidade ou alguma política pública que afete diretamente a população. A audiência pública mostra-se um mecanismo eficiente na busca do aperfeiçoamento dos mecanismos de definição das prioridades de investimentos estatais nas chamadas políticas públicas.





Aqui concluímos o Balanço Cidadão 2020, assim sendo, espera-se que este possa proporcionar, a você leitor, conhecimento quanto à situação patrimonial, financeira, orçamentária e econômica do Estado de Rondônia e que sirva como ferramenta para o exercício da sua cidadania e controle social, que é muito importante para a integração da sociedade com a administração pública, tendo ainda como finalidade solucionar problemas e deficiências sociais com mais eficácia e empenho.

Você Cidadão, não é apenas um mero espectador das realizações do poder público, sua participação é fundamental para construção de um futuro melhor para todos nós.

VAMOS NESSA!